

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL
CURSO DE MESTRADO**

LUISE ANITA WULFF AL ALAM

**ANÁLISE SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO
TÉCNICO E EMPREGO – PRONATEC, SENAI PELOTAS**

**Pelotas
2013**

LUISE ANITA WULFF AL ALAM

**ANÁLISE SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO
TÉCNICO E EMPREGO – PRONATEC, SENAI PELOTAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas pela mestranda Luise Anita Wulff Al Alam, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Política Social.

Orientadora: Profa. Dra. Vini Rabassa da Silva

**Pelotas
2013**

LUISE ANITA WULFF AL ALAM

**ANÁLISE SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO
TÉCNICO E EMPREGO – PRONATEC, SENAI PELOTAS.**

Dissertação aprovada, como requisito parcial, à obtenção do título de Mestre em Política Social, Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas.

Data da defesa: 10/12/2013

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Vini Rabassa da Silva (Orientadora)
Universidade Católica de Pelotas

Prof^a. Dr^a. Jussara Maria Rosa Mendes
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^o. Dr. Renato Della Vechia
Universidade Católica de Pelotas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A318a Al Alam, Luise Anita Wulff

Análise sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, SENAI Pelotas / Luise Anita Wulff AL ALAM. – Pelotas: UCPEL, 2013.

101 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Pelotas, BR-RS, 2013. Orientadora: Vini Rabassa da Silva.

1.mercado. 2. trabalho. 3.qualificação profissional.4. PRONATEC I. Silva, Vini Rabassa or. II.Título.

CDD 361

“Uma das minhas preocupações constantes é a de compreender como é que outra gente existe, como é que existem almas que não sejam a minha, consciências estranhas à minha consciência que, por ser consciência, me parece ser a única. Compreendo bem que o homem que está diante de mim, e me fala com palavras iguais às minhas, e me faz gestos que são como os que eu faço ou poderia fazer, seja de algum modo meu semelhante. (...) Os outros não são para nós mais do que paisagem, e, quase sempre, paisagem invisível de rua conhecida.”

(Fernando Pessoa)

AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas que contribuíram nessa minha trajetória de realização do mestrado, que culmina com a produção desta dissertação, às quais agradeço de coração.

Aos meus filhos, Fernando e Henrique, meu infinito agradecimento por tornarem minha vida repleta de sentido. Sempre acreditaram na minha capacidade e me acharam a MELHOR de todas, mesmo não sendo. Isso só me fortaleceu e me fez tentar, não ser a MELHOR, mas a fazer o melhor de mim. Obrigada pelo amor incondicional!

Ao Fábio, meu querido esposo, por ser tão importante na minha vida. Sempre ao meu lado, me pondo para cima e me fazendo acreditar que posso mais do que imagino. Devido a teu companheirismo, amizade, compreensão, alegria e amor, este trabalho pôde ser concretizado. Obrigada por ter feito do meu sonho o nosso sonho!

Destaco minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Vini Rabassa da Silva, exemplo de profissional. Aprendi muito com tua competência, teu rigor como pesquisadora e tua solidariedade humana e intelectual. Se cheguei aqui, divido contigo todos os créditos!

As minhas colegas (amigas) de trabalho, Maria Rosane Guidotti Moreira e Viviane Aquino Zitzke, por acertarem meus horários, facilitando um pouco minha vida de mestranda, mas principalmente pelo apoio afetivo (nas horas de saudade) neste segundo semestre! A Nina Rosa Granzotto, que sempre tem um ditado certo, na hora certa!

A Manoela Siewerdt, uma querida, que teve a paciência de ler e enriquecer este trabalho com sugestões.

A Mariana Barreto pela ajuda nas entrevistas.

Às minhas sobrinhas (filhas), sempre me incentivando com carinho: “Nem pensa que é difícil escrever”, “tu consegue tia” e “existe vida pós-mestrado”!

A todos os professores do Programa de Pós-graduação em Política Social da UCPEL, pela oportunidade que proporcionaram de qualificar e ampliar meus conhecimentos!

À Prof.^a Dr.^a Jussara Maria Rosa Mendes, e ao Prof.^o Dr. Renato Della Vechia pelas sugestões na qualificação desse projeto.

À minha turma de mestrado, pelas muitas experiências e aprendizados que tivemos juntos!

Aos meus queridos alunos(as), com os quais aprendo todos os dias, e que são os responsáveis pela busca de novos conhecimentos!

Aos amigos, amigas e familiares que vibram comigo mais essa conquista!

RESUMO

Este estudo resulta de uma pesquisa desenvolvida no período de janeiro a dezembro de 2012, com o objetivo de analisar o resultado do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), desenvolvido no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) Pelotas. Inicia com uma discussão teórica relacionando direitos sociais com a temática do trabalho, buscando evidenciar as dimensões do trabalho como direito social, destacando sua importância nas Constituições Brasileiras e a sua nova configuração no capitalismo. Discute sobre as Políticas de Qualificação para o Mercado de Trabalho no Brasil, tecendo uma abordagem histórica de maneira sucinta. A pesquisa enfoca particularmente os ex-alunos participantes do programa e os instrutores. Privilegiou-se o estudo de caso, a partir de uma abordagem quanti-qualitativa dentro do enfoque dialético crítico, usando como principal instrumento para conhecimento da realidade a realização de entrevistas semiestruturadas. Na concepção dos entrevistados esta política apresenta limites, como a falta de formação básica dos alunos; a não qualificação para abertura de negócio próprio; falta de conhecimento dos interessados sobre as exigências do curso e a falta de adequação do nível dos cursos para os beneficiários preferenciais do programa. Porém, também consideram o Programa como possibilidade de aprendizagem, ascensão profissional, e convivência social. Apresentam sugestões de mudanças para contribuir com a melhoria do programa: diversificação da oferta de cursos, garantia de bons equipamentos adequados ao número de alunos, oferecimento de creches, oferecer capacitação de nivelamento básico, esclarecer sobre habilidades requeridas para o curso, controle mais rígido na distribuição de vales e incentivar às pessoas mais humildes. A análise evidenciou, ainda, que o Programa não está atendendo plenamente ao perfil de usuários previsto na política de qualificação e que pouco alterou a “empregabilidade” dos mesmos.

Palavras chave: mercado; trabalho; qualificação profissional; PRONATEC

ABSTRACT

This study is the result of a research developed between January and December of 2012, which objective is the analysis of the result of a Brazilian social program called Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), developed at Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) Pelotas. It begins with a theoretical discussion about the social rights applied at the labor thematic, attempting to clarify the scope of work as social right, highlighting its importance in the Brazilian Constitutions and its new configuration in capitalism. It discusses about the qualification policies for the Brazilian's labor market, making an historical approach in a summarized way. The research also focuses particularly on former students and instructors. Case studies were prioritized, using both quantitative and qualitative approaches, through a dialectical and critical focus, by conducting surveys with students and teachers as a main source to the circumstances of their reality. In the interviewees' conception, this program presents limitations, such as the lack of basic educational formation of the students; the non-qualification for starting new businesses; students' insufficient knowledge about the courses' demands and the lack of adequacy to the level of the preferred beneficiaries of the program. However, they also consider that the program offers learning opportunities, professional growth, and social networking. They present suggestions for improving the program: increase the number of courses, guarantee the availability of adequate resources and equipment, offer childcare nursing, offer a basic level capability, clarify required skills for each course, a more rigid control at the distribution of financial benefits and incentives for the poorest people. The analysis also showed that the program is not meeting the profile of beneficiaries outlined at the qualification policy and little changed the "employability" of them.

Key words: labor market; work; professional qualification; PRONATEC.

LISTA DE SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
BSM	Brasil Sem Miséria
CADÚNICO	Cadastro Único
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNI	Confederação Nacional da Indústria
DIEESE	Departamento Intersindical de Estudos Econômicos
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIC	Formação Inicial e Continuada
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNRURAL	Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFs	Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica
INPS	Instituto Nacional de Previdência social
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MDS	Ministério de Desenvolvimento e combate à fome
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
ONG	Organização Não Governamental
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PAIF	Serviço de Proteção e Assistência Integral à Família
PLANFOR	Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PNQ	Plano Nacional de Qualificação
PNDA	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PROGER	Programa de Geração de Emprego e Renda
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROEJA	Programa de Educação para Jovens e Adultos
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SISAN	Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional
SISTEC	Sistema Nacional de Informação da Educação Profissional e Tecnológica
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UCPEL	Universidade Católica de Pelotas

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Faixa etária dos beneficiários do PRONATEC/SENAI ano 2012	57
Gráfico 2	Sexo dos beneficiários entrevistados do PRONATEC/SENAI ano 2012	58
Gráfico 3	Grau de Instrução dos entrevistados do PRONATEC/SENAI ano 2012	59
Gráfico 4	Usuários de Programas de Transferência de Renda entrevistados do PRONATEC/SENAI ano 2012.....	60
Gráfico 5	Renda familiar dos entrevistados do PRONATEC/SENAI-Pelotas.....	61
Gráfico 6	Bairro dos entrevistados PRONATEC/SENAI ano 2012	62
Gráfico 7	Atividade anterior ao curso dos entrevistados do PRONATEC/SENAI Pelotas	63
Gráfico 8	Atividade atual dos entrevistados do PRONATEC/SENAI ano 2012	64

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Cursos ofertados pelo SENAI/Pelotas no segmento da Construção Civil	51
Quadro 2	Cursos ofertados pelo SENAI/Pelotas no segmento da Indústria Naval	52
Quadro 3	Cursos ofertados pelo SENAI/Pelotas no segmento do Comércio.....	53
Quadro 4	Curso dos alunos sorteados para entrevista	55
Quadro 5	Concepção dos entrevistados sobre o ingresso nos cursos do PRONATEC	65
Quadro 6	Opinião dos entrevistados sobre o curso em relação à qualificação para ingresso no mercado de trabalho	68
Quadro 7	Concepção dos entrevistados quanto aos benefícios obtidos com o curso	70
Quadro 8	Concepção dos entrevistados quanto à qualificação para abertura de negócio próprio	72
Quadro 9	Motivo de desistência do curso	73
Quadro 10	Concepção dos entrevistados quanto à oferta do programa para presidiários e soldados.....	74
Quadro 11	Concepção dos instrutores sobre o PRONATEC	76
Quadro 12	Concepção dos entrevistados sobre o programa propiciar qualificação para o mercado de trabalho	77
Quadro 13	Contribuição do programa para o desenvolvimento dos participantes .	78
Quadro 14	Concepção dos instrutores entrevistados sobre dificuldades em ministrar os cursos	79
Quadro 15	Concepção dos entrevistados sobre a ampliação do programa para presidiários e soldados.....	80

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 DIREITO SOCIAL E TRABALHO NO BRASIL	16
1.1 BREVE VISÃO HISTÓRICA.....	16
1.2 O TRABALHO E OS DIREITOS TRABALHISTAS NO BRASIL	17
1.3 O DIREITO AO TRABALHO E O CAPITALISMO NO BRASIL	29
2 POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO NO BRASIL	35
2.1 GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL.....	35
2.2 A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO –PRONATEC	41
3 CONHECENDO E ANALISANDO O PRONATEC- SENAI/PELOTAS	45
3.1 ORIGENS E DELINEAMENTO DA PESQUISA	45
3.2 A ENTRADA DA PESQUISADORA NO CAMPO DA PESQUISA.....	50
3.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA PRONATEC-SENAI/PELOTAS	56
3.3.1 Perfil dos beneficiários do PRONATEC-SENAI/PELOTAS.....	57
3.3.2 O PRONATEC-SENAI/ Pelotas na opinião dos ex-alunos do Programa.....	65
3.3.3 PRONATEC-SENAI/ Pelotas na opinião dos instrutores.....	76
3.3.4 Comentários e sugestões dos ex-alunos em relação ao programa.....	81
3.3.5 Comentários e sugestões dos instrutores em relação ao programa.....	83
3.3.6 Análise do PRONATEC-SENAI/PELOTAS como materialização de política de qualificação profissional	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS	91
APÊNDICES	95

INTRODUÇÃO

As políticas públicas voltadas para a qualificação profissional são ações sociais de Estado, fundamentais diante das transformações no mundo do trabalho. À frente dos processos de reorganização e estruturação da economia, evidencia-se a necessidade de preparar o trabalhador para que este não fique excluído diante destas mudanças. Assim, a partir do reconhecimento de que só há desenvolvimento se o crescimento econômico for somado à proteção social, alguns governos, nas esferas federal, estadual e municipal, têm investido na promoção social para melhorar a vida daquelas pessoas que se encontram em estado de extrema pobreza e de vulnerabilidade social.

No Brasil, desde meados dos anos 80, frente às taxas crescentes e oscilantes de desemprego, a questão da capacitação profissional e de programas de estímulo a formas autônomas de trabalho é introduzida na agenda social, mas seu processamento só se dará nos anos 90, com a criação e implementação de programas nesse campo. Entre as inovações institucionais recentes, está a introdução de programas do tipo “produtivo”, cujo objetivo é a tentativa de geração de emprego e renda, assim como a melhoria da “empregabilidade” tentando contribuir para o processo de emancipação social dos indivíduos.

De fato, o desemprego e a deterioração do mercado de trabalho estão entre os problemas que mais afligem a população, que busca através de programas e projetos de preparação para o trabalho, uma melhor qualificação. Soma-se a isso o fato de que o trabalho continua a constituir fonte originária, primária, de realização do ser social. Mesmo uma perspectiva meramente pragmática, ao considerar a capacidade laboral como o principal e, às vezes, o único ativo de alguns seres humanos reconhece a importância do trabalho na manutenção da vida em sociedade, seja por suprir as necessidades materiais da existência, seja por possibilitar a sociabilidade dos seres humanos.

O Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS), criado pelo governo federal em 2004, tem atuado na consolidação de uma rede baseada em garantia de direitos à população em estado de vulnerabilidade e de risco social, a qual busca implementar políticas públicas descentralizadas e articuladas, com base no desenvolvimento comunitário e na produção e transmissão de conhecimentos como caminho para a formação do ser humano.

Considerando-se o debate sobre a qualificação profissional, as políticas de emprego e o mercado de trabalho na fase atual do capitalismo – “desemprego estrutural” (ANTUNES, 2011) - e, ainda as repercussões do ajuste da economia brasileira frente aos processos de globalização e reestruturação produtiva, este trabalho pretende analisar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC executado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI Pelotas na modalidade de bolsa formação trabalhador, no período de janeiro de 2012 a dezembro de 2012, a fim de investigar se o programa está conseguindo, de fato, qualificar profissionalmente os beneficiários para propiciar sua inserção no mercado de trabalho.

O PRONATEC é um programa criado pelo governo federal (Lei n. 12.513/2011 – art 1º, incisos “I” e “IV”) que está integrado à estratégia do Plano Brasil Sem Miséria, que tem como meta erradicar a pobreza do país através de qualificação sócioprofissional por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.

Este programa é uma proposta recente do governo federal, que está em fase de implementação no sistema “S” e nos Institutos Federais. A atuação profissional da autora deste trabalho como docente do Instituto Federal Sul Rio-grandense lhe possibilitou a participação em projetos semelhantes, provocando indagações quanto aos resultados, instigando-a a uma investigação sobre esta política social.

Por isso, entende-se que ouvir as pessoas diretamente envolvidas nesta política, seja os sujeitos usuários e/ou beneficiários, seja aqueles que têm contato direto com os mesmos (os instrutores do programa), poderá trazer dados concretos que auxiliem na explicação de como essa política tem se refletido nas classes trabalhadoras.

Além disso, cabe ressaltar ainda a importância de uma pesquisa sobre o PRONATEC, em virtude de não ter sido encontrado nos acervos virtuais de tese ou dissertação no programa de Pós-graduação da Universidade Católica de Pelotas (Mestrado em Política Social) e da Pontifícia Universidade Católica - PUC (Mestrado em Serviço Social) material que abordasse esta análise junto aos egressos dos referidos programas de qualificação e requalificação profissional subsidiados pelo FAT. Isto pode indicar que há falta de dados acumulados que possibilitem uma análise mais consistente acerca da real inserção ou reinserção deste público no mercado de trabalho, seja ele formal ou informal nesta região.

Diante disso, este trabalho pretende responder a seguinte questão chave: Quais os resultados obtidos com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego desenvolvido no município de Pelotas através do SENAI, na modalidade de Bolsa-Formação Trabalhador, em relação à qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho de seus participantes?

Para responder esta questão foi desenvolvida uma pesquisa de natureza quanti-qualitativa que usou de entrevistas semiestruturadas com os ex-alunos e instrutores do referido Programa para investigar as suas opiniões, a fim de privilegiar os principais sujeitos do referido Programa, dando visibilidade às suas expectativas e necessidades, além de obter dados para analisar o real alcance desta política na qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho.

O presente trabalho está organizado em três capítulos:

O primeiro capítulo apresenta uma discussão teórica relacionando direitos sociais com a temática do trabalho. Busca-se evidenciar as dimensões do trabalho como direito social, destacando-se sua importância na Constituição Brasileira e a nova configuração do trabalho frente ao capitalismo, na atualidade.

No segundo capítulo, destaca-se a discussão sobre as Políticas de Qualificação para o Trabalho no Brasil, tecendo uma abordagem histórica de maneira sucinta. Depois se apresenta uma caracterização e uma descrição da atual política (PRONATEC), bem como sobre a sua implementação no SENAI Pelotas.

Finalmente, no terceiro capítulo após apresentar as origens e o delineamento da pesquisa, são apresentados os resultados da mesma, destacando o perfil dos usuários, a opinião dos ex-alunos e dos instrutores sobre o PRONATEC-SENAI/Pelotas, as sugestões apresentadas para o aperfeiçoamento do programa, finalizando com uma análise geral sobre a relação deste programa com a materialização de uma política de qualificação profissional.

A pesquisa permitiu observar a realidade perversa que cerca o trabalhador, sujeito a um mercado de trabalho oscilante, resultado de uma série de fatores relacionados ao atual desenvolvimento do capitalismo.

Espera-se que este trabalho, aqui apresentado, contribua para incentivar o aprofundamento da análise sobre como está sendo materializada a política pública de qualificação profissional na sociedade brasileira atual.

1 DIREITO SOCIAL E TRABALHO NO BRASIL

Este capítulo tem como objetivo contextualizar questões fundamentais para o desenvolvimento desta dissertação. Primeiramente, realizar-se-á uma breve visão histórica a respeito de como as relações de trabalho e a conquista dos direitos sociais foram se desenvolvendo ao longo da história.

A seguir, abordar-se-á sobre a conquista dos direitos trabalhistas da classe trabalhadora no Brasil, e por último, considerações gerais sobre os direitos ao trabalho no capitalismo.

1.1 BREVE VISÃO HISTÓRICA

O trabalho sempre fez parte da vida do ser humano. Entender a maneira como se organizou e o processo pelo qual o homem age sobre a natureza material para satisfazer as suas necessidades, nos conduz à Marx, “..na produção social da sua vida, os homens entram em determinadas relações, necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais” (p.530). Entretanto, estas relações modificaram-se ao longo do tempo, durante o período da escravidão o trabalho sofreu profunda desmoralização, pois era fruto da opressão e exploração do homem pelo homem, devido à inexistência de normas que regrassem as relações entre as pessoas, prevalecia a vontade dos particulares detentores do poder.

Neste período, as duas classes principais eram os donos de escravos, proprietários da terra e, por outro lado, os escravos que trabalhavam na produção de bens, como máquinas humanas. Nesta sociedade escravista, os escravos eram propriedade do senhor, pois o subordinado era considerado um instrumento, um objeto, um animal ou uma ferramenta.

As relações eram de domínio e de sujeição, opondo senhores a escravos. Um pequeno número de senhores explorava a massa de escravos, que não possuía direito algum. Os senhores eram proprietários da força de trabalho (os escravos), dos meios de produção (terra, gado, minas), e do produto do trabalho.

Após a escravidão, a sociedade feudal tinha como contradição fundamental a relação entre senhores e servos. Os servos não eram escravos de seus senhores, pois não eram propriedades deles, eles serviam a seus senhores em troca da ocupação de pequena parcela da grande propriedade senhorial, ou seja, em troca de poderem usufruir de casa e comida. Os camponeses trabalhavam para garantir a sua sobrevivência e a de sua família, por meio da agricultura de subsistência, e estavam sujeitos a uma série de obrigações para com o senhor das terras, dentre as quais a mais importante era o trabalho forçado em determinados dias da semana diretamente nas terras administradas pelo senhor feudal.

A submissão ao senhor também era representada na obrigação de entregar o excedente da produção agrícola ou pagamento de taxas e impostos por dinheiro obtido no comércio dos bens produzidos pelos camponeses. A exploração senhorial do trabalho camponês se dava através da coerção, ou seja, por meio da força das armas e imposições ideológicas, isso porque o camponês, proprietário de fato (mas não de direito) das terras por ele ocupadas exercia o controle dos meios de produção. Somente com o uso superior da força militar e de ideologias, o senhor feudal submetia o camponês ao trabalho compulsório e ao conjunto de obrigações servis.

Num determinado momento, a exploração sobre os servos no campo aumentava devido à necessidade crescente de os senhores feudais manterem sua posição de domínio, ostentarem luxo e riqueza, enquanto o rendimento da agricultura era cada vez mais baixo. Na cidade, o crescimento da produtividade dos artesãos era freado pela ordem feudal. Essa crise, então, abriu caminho para o desenvolvimento progressivo das relações capitalistas de produção.

Por volta do século XII, com a desintegração do feudalismo, começa a surgir um novo sistema econômico, político e social: o capitalismo. A característica essencial é a de o trabalhador ser assalariado e não mais servil como no feudalismo. Mas somente depois da Revolução Industrial, iniciada no século XVIII na Inglaterra, é que se estabeleceu o verdadeiro capitalismo.

Nesse modelo econômico, o trabalhador é obrigado a vender a sua força de trabalho aos membros de classes mais abastadas em troca de um salário. Uma das características centrais do modo de produção capitalista é o trabalho assalariado, que se baseia numa produção essencialmente voltada à acumulação e à obtenção de lucros, com base na exploração dos trabalhadores, os quais se encontram

obrigados, pelas determinações da economia de mercado a vender sua força de trabalho para sobreviver.

Com a influência dos mais diversos seguimentos e acontecimentos sociais, a figura trabalho começou a evoluir tanto na esfera do indivíduo, como na da organização da sociedade civil.

O trabalho tem por finalidade fazer com que o homem se empenhe para obter os bens necessários a sua subsistência, uma vez que dela depende seu bem maior que é a vida. Esta por sua vez, não subsiste sem os bens necessários à existência humana se não por intermédio do trabalho, que há de ser digno e honesto, para que não atente contra os interesses maiores, não só de sua sobrevivência como da coletividade.

Mas para que o homem possa garantir seu sustento, sem sofrer prejuízos irreparáveis em detrimento do trabalho por intermédio de superiores hierárquicos, constatou-se a necessidade da inserção de uma norma que equilibrasse as relações de trabalho. Uma das medidas adotadas pelo Estado foi a de reforçar a gama dos direitos sociais, criando políticas de inclusão e incentivando a permanência dos trabalhadores nos postos de trabalho.

Há de lembrar que durante boa parte da história os direitos dos homens eram basicamente os “*direitos naturais*” decorrentes dos costumes, da tradição e dos preceitos religiosos os quais eram vistos como direitos inatos. A estes direitos individuais foram sendo acrescentados outros, exercidos coletivamente, como é o caso de associação e participação política.

Mais recentemente, uma “*nova geração de direitos*”, denominados de sociais, passou a ser incorporada aos textos constitucionais do século XX. Em função dessa evolução dos direitos Pereira (2011, p.96) cita T. H. Marshall como autor de uma tipologia dos direitos do cidadão:

- a) os direitos civis são aqueles necessários às liberdades individuais (liberdades negativas, porque negam a interferência do Estado no seu desenvolvimento), tais como: liberdade de ir e vir, de imprensa, de pensamento, de fé, o direito à propriedade e o direito à justiça;
- b) os direitos políticos, consistem no direito de participar do exercício do poder político, como um membro de um organismo investido de autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo;
- c) e os sociais referem-se a tudo que vai desde direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar por completo na herança social e levar um a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade.

Essa classificação relaciona estes três elementos da cidadania (direitos civis, políticos e sociais) com sua origem histórica na Inglaterra ao longo de três séculos, estando o surgimento dos direitos civis relacionado ao século XVIII, o dos direitos políticos ao século XIX e o dos direitos sociais ao século XX, que é considerado por muitos autores como a terceira geração de direitos. E, corporificam o direito de exigir a intervenção do Estado na sociedade e no mercado, a fim de garantir que as desigualdades sejam reduzidas.

No entanto, em diversos países, a adoção desses direitos não se deu simultaneamente, nem com a mesma intensidade. Faleiros (1991) analisa, por exemplo, que, ao final da Primeira Guerra Mundial, o acordo de paz entre as grandes potências no Tratado de Versalhes (1914-1918) consagrou alguns direitos trabalhistas e previdenciários, mas somente após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) é que um “sistema de proteção social” veio a se generalizar. Faleiros(2004) segue afirmando que no pós-guerra, ficou evidenciado que, se não houvesse mercado popular capaz de estimular a demanda, não haveria oportunidade para o próprio capitalismo se desenvolver. Era necessário criar apoio à demanda, por meio de políticas sociais, em que o Estado assumiria o papel de coletor de impostos dos ricos e redistribuidor de renda para os pobres através de inúmeros serviços:

Este projeto social-democrata foi chamado então de “igualdades de oportunidades”. No entanto, a relação entre as desigualdades e as possibilidades de desenvolvimento das capacidades da sociedade viram-se limitadas pelo próprio processo econômico de desenvolvimento capitalista (FALEIROS, 2004, p.89).

A explicitação e a garantia desses direitos, no entanto, variaram bastante nos diversos países, em função das circunstâncias políticas de cada um deles e de suas peculiaridades culturais.

2.2 O TRABALHO E OS DIREITOS TRABALHISTAS NO BRASIL

No Brasil, somente após o legado do trabalho negro e escravo, é que se deu o primeiro impulso na discussão do direito do trabalho.

Nas décadas que antecederam a Revolução de 1930, a atuação do Estado na questão social dava-se de forma fragmentada e localizada em problemas prementes, apesar de já existir uma disposição no sentido de atuar mais globalmente em alguns setores. São indícios dessa disposição a instituição

por lei dos Departamentos Nacionais do Trabalho e da Saúde e da Lei Eloy Chaves¹ (OLIVEIRA e TEIXEIRA, 1989, p. 19).

Em relação ao setor do trabalho, o Estado atuou através da promulgação de uma legislação esparsa, como, por exemplo, as leis de acidentes de trabalho, de férias e do código de menores, resolvendo os conflitos entre trabalho e capital, basicamente através de aparato policial. A pobreza era tratada como uma disfunção individual, e não como questão social.²

Observa Cerqueira Filho (1982) que, no período anterior a 1930, mesmo que houvesse reivindicações sociais, estas não se evidenciavam, pois não tinham condições de se impor ao pensamento dominante. Como o Estado estava atrelado aos interesses das oligarquias dominantes, a questão social é tida como um crime político e, conseqüentemente, um caso de polícia, uma questão marginal, ilegítima, subversiva, e que deveria ser tratada no interior dos aparelhos repressivos do Estado.

A partir da Revolução de 30, o Brasil foi governado por Getúlio Vargas, o Estado Nacional passou a intervir mais efetivamente na sociedade. Seu primeiro ato foi criar, em 1930, o Ministério do Trabalho (COUTO, 2004).

A regulamentação das relações entre capital e trabalho foi a tônica do período, o que parece apontar uma estratégia legalista na tentativa de interferir autoritariamente, via legislação, para evitar conflito social. Toda a legislação trabalhista criada na época embasava-se na ideia do pensamento liberal brasileiro, onde a intervenção estatal buscava a harmonia entre empregadores e empregados (COUTO, 2004, p. 95).

A criação do Ministério do Trabalho, bem como a promulgação de toda uma legislação trabalhista faziam parte de um mesmo movimento de controle e repressão da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que iam ao encontro das necessidades mais amplas da industrialização emergente. Do ponto de vista das relações de trabalho, o regime populista do governo de Getúlio Vargas perseguiu três objetivos básicos: evitar que os movimentos de trabalhadores se tornassem base de apoio para grupos de oposição que reivindicavam mudanças mais profundas na

¹ Lei número 4682 de 24.01.1923 criando a Caixa de Pensões dos Ferroviários.

² Para Lúcia Cortes Costa a questão social pode ser analisada como sendo o conflito social que expressa a organização da sociedade em classes, onde o trabalho assalariado é subordinado ao capital, enfrentando as crises cíclicas da economia em que ocorrem desemprego e redução dos salários, afetando de forma negativa as condições de vida dos trabalhadores. Disponível em: www.ucpel.tche.br/revista_soc_debate. Acesso: em 08/06/2012.

organização das sociedades; despolitizar as relações de trabalho, impedindo que as organizações de trabalhadores se legitimassem como instrumento de reivindicação; e fazer dos trabalhadores um ponto de apoio, ainda que passivo do regime vigente.

Nesse período, houve uma série de inovações institucionais, criações e reorganizações de órgãos e formulação de medidas esparsas de estímulo à indústria, como resposta aos novos interesses que estavam emergindo no cenário político nacional. Uma nova ordem econômica desloca o Brasil de produtor de café (monocultura) para uma nova ordem de desenvolvimento no setor industrial. Assim, foi nesse período que ocorreu de modo mais abrangente a incorporação, pelo Estado de políticas sociais, pois a industrialização trouxe a necessidade de implementação de uma legislação de proteção ao operariado, a fim de desmobilizá-lo de qualquer simpatia às tendências radicais da época. Nesse momento, ficaram estabelecidos os vínculos dos sindicatos em relação ao Estado, submetendo o funcionamento e as finanças das organizações sindicais à fiscalização do Estado. Sobre isso, Theodoro (2004, pp.95-96) diz que:

O Estado passa a ter um papel essencial, não somente no que concerne a produção de políticas de proteção ou de estímulo a atividade econômica privada, mas também como 'Estado empresário', intervindo seja diretamente, seja estabelecendo diretrizes gerais em setores estratégicos.

A cultura segue fortemente atrelada ao trabalho, nesta época, ampliam-se os benefícios às classes menos favorecidas, indicando a obrigatoriedade do Estado em fornecer o ensino educacional, buscando assim, ampliar o leque de opções de mão-de-obra para o projeto desenvolvimentista via a industrialização em curso, e também legitimar o governo perante a população pobre. As políticas sociais se desenvolvem como resposta às necessidades do processo de industrialização, mas são restritivas. O seu caráter corporativo e fragmentado fica evidenciado na concessão de direitos para aqueles que dispunham de emprego registrado em Carteira de Trabalho, que passa a ser o documento de cidadania no Brasil.

A produção legislativa a que se refere o período 1930/43 é fundamentalmente a que diz respeito à criação dos institutos de aposentadorias e pensões, de um lado, e de outro, a relativa à legislação trabalhista, consolidada em 1943. Se essa é, de fato, a inovação mais importante, o período é também fértil em alterações nas áreas de política de saúde e de educação, onde se manifestam elevados graus de "nacionalização" das políticas sob a forma de centralização no Executivo Federal de recursos e de instrumentos institucionais e administrativos e

resguardados de algumas competências típicas da organização federativa do país (DRAIBE, 1989, p. 8).

Este período, conhecido como “Estado Novo”, caracterizou-se, do ponto de vista da atuação estatal, por ser aquele em que se consolidaram as principais medidas relativas à política econômica e social que, na fase anterior, vinham sendo tomadas de forma desarticulada.

Dentro da área do trabalho, é possível observar, no início da década de 30, outros eventos relevantes: a regulamentação do trabalho feminino e dos menores na indústria; a fixação da jornada de trabalho de oito horas para os comerciários e industriários; a alteração na forma de negociação salarial, salário-mínimo, indenização, acidentes do trabalho, etc.

Para Couto (2004, p. 102):

[...] a ditadura Vargas (1937-1945) voltou sua atenção para a classe trabalhadora, o Estado Novo liquidou com a oposição operária, atrelando completamente os sindicatos ao Estado. Isso foi possível porque o Estado assumiu um caráter autoritário e paternalista, que lhe permitiram intervir de forma mais autônoma sobre o processo de desenvolvimento.

Neste período de aglutinação de assuntos relativos ao trabalho, indústria e comércio, a intenção era de subordinar o fator trabalho às novas necessidades engendradas pelo processo de industrialização pelo qual passava o Estado brasileiro. Torna-se claro o significado da ênfase conferida à regulamentação do trabalho, ou seja, com o desenvolvimento das atividades industriais, as questões relativas à regulamentação das relações entre trabalho e capital adquirem preponderância, pois as transformações econômicas relacionadas ao avanço industrial criaram condições objetivas para o comprometimento do Estado com os problemas resultantes das desigualdades sociais.

Para Berenice Couto (2004, p.92):

No campo dos direitos, embora alguns já estivessem escritos na Constituição, a relação entre o povo, a elite e os governos fluía através da ótica persistente da dívida e do compadrio. Desse modo, a noção de direito foi substituída pela de concessão, que tem como compromisso fundante a manutenção do status quo.

Com a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, começam a surgir movimentos reivindicatórios em oposição ao centralismo estatal do governo Getúlio

Vargas, provocando um enfraquecimento do autoritarismo estado novista, o governo é deposto por uma junta militar.

Os governos que se sucederam de 1946 a 1964 tiveram uma orientação política com características democráticas trabalhistas de orientação populista, mantiveram o Estado de cunho liberal e priorizaram um trabalho voltado para a política de expansão da indústria e para políticas dirigidas às oportunidades educacionais (COUTO, 2004, p.105).

A Constituição de 1946 é considerada por vários autores como uma das mais democráticas do país, sendo caracterizada pela intensificação da luta de classes e direito de greve, chegando a retirar o Partido Comunista, por um período curto, da ilegalidade.

Após este período Behring, Boschetti (2011) afirmam que a expansão da política social foi lenta e seletiva, ficou marcada pela difusão lenta dos direitos. No que diz respeito aos beneficiários, houve um padrão seletivo, heterogêneo e fragmentado de atendimento, o qual pressupunha a concessão de benefícios na medida da contribuição prévia para o sistema, tratando-se, obviamente, de um mecanismo incapaz de romper a inércia das desigualdades.

Após o golpe militar de 1964 começa a surgir um novo modelo de Estado, inaugura-se a fase de consolidação do sistema, acompanhada por profundas alterações na estrutura institucional e financeira das políticas sociais. Couto (2004) analisa que com a Constituição de 1967, inicia-se uma nova fase de concepção e gestão dos direitos civis e políticos, com uma forma peculiar de concepção e gestão, cuja enunciação dos direitos era de que os mesmos, só seriam exercidos por aqueles que se submetessem às regras instituídas pelo governo militar, reforçando novamente o critério do mérito, só é beneficiário quem contribui.

A necessidade de o governo militar promover maior produtividade do trabalho em face da expansão industrial e tecnológica redundou em medidas coercitivas. A primeira delas foi a intervenção em diversos sindicatos, cassando ou prendendo seus dirigentes. Paralelamente às medidas coercitivas, o governo buscou garantir sua legitimidade por meio de medidas que compensassem a ausência de liberdade e de expressão, criando algumas políticas que beneficiaram, de certo modo, os trabalhadores, ampliando alguns direitos e estendendo benefícios para categorias profissionais historicamente excluídas da política trabalhista.

A primeira delas foi a unificação e a centralização da Previdência Social do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), em 1966, e posteriormente a inclusão dos acidentes de trabalho também sob a gestão do INPS (BEHRING, BOSCHETTI, 2011). Ainda nesse período, destaca-se a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Outra medida criada pelo governo militar é o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL). Os benefícios propostos eram: assistência à maternidade, auxílio-doença, aposentadoria por invalidez ou velhice, pensão aos beneficiários (por morte do segurado), assistência médica e auxílio funeral. Essa inclusão tardia dos trabalhadores rurais evidencia a política trabalhista excludente do Brasil e mostra um sistema falho de garantia dos direitos sociais àqueles que se encontram fora do mercado de trabalho.

A reestruturação do estado a partir da crise de 1970 foi marcada por particularidades históricas dos contextos nacionais em que se operaram e pela correlação de forças internacionais. Neste período, no Brasil, no campo das políticas e necessidades sociais foram surgindo novos atores sociais. Teve início um processo de reformulação das estruturas legais e instituições prestadoras de serviços sociais com vistas a superar a “dívida social acumulada” durante os anos de autoritarismo.

Para Fleury (1994, p. 219): “Este período foi marcado como a questão social sendo parte intrínseca do modelo de desenvolvimento econômico em uma sociedade democrática, neste sentido a questão social seria a própria imagem da democracia.”

Desde os anos 70, teve lugar um movimento associativista em torno das necessidades sociais, baseado em princípios de solidariedade e participação política.

Para Luiz Wanderley (1999) tanto de parte do Estado, do mercado e da sociedade civil, quanto por parte das elites e classes dominantes e hegemônicas, e os demais setores sociais, sempre houve interesses em jogo, ora pela conservação de interesses corporativos para manutenção da ordem social ora para modificar a realidade. Neste período foi implantada a industrialização e vingaram algumas etapas de modernização, porém pouquíssimo se evoluiu no sentido de consolidar a cidadania.

Para Marcelo Medeiros (2001), limitado pelos objetivos políticos de sucessivos governos militares, o Estado brasileiro mostrou-se incapaz de distribuir competências e utilizar recursos de maneira impessoal e equitativa. Portanto, este período foi marcado do ponto de vista da constituição pela ineficiência e ineficácia dos programas sociais.

Em resposta ao dramático quadro social produzido pelo regime militar, com uma crise econômica marcada por elevados índices inflacionários numa enorme dívida interna e externa, a década de 80, do século XX, “foi pródiga em movimentos sociais e em participação da sociedade, organizando-se por meio de entidades e organizações não-governamentais (ONGS)” (COUTO, 2004, p. 137). Somente na década de 1980 é que a política social vai ser alvo de mudanças mais profundas, o esgotamento do regime militar e a crise econômica que se instaurou no país revelaram a precariedade das condições de vida da população brasileira, reacendendo o debate por melhores condições de infraestrutura e de inclusão nos programas sociais, possibilitando a emergência de movimentos sociais urbanos que clamavam por direitos sociais e pela redemocratização no país.

Esse período foi rico em debates e sugestões de transformação do sistema por parte da sociedade, por meio de associações, sindicatos, partidos políticos e conselhos comunitários.

Esse movimento operário e popular novo era um ingrediente político decisivo na história recente do país, que ultrapassou o controle das elites. Sua presença e sua ação interferiram na agenda política ao longo dos anos 1980 e pautaram alguns eixos na Constituinte, a exemplo de: reafirmação das liberdades democráticas; impugnação da desigualdade descomunal e afirmação dos direitos sociais (BERINGH & BOSCHETTI, 2004, p.141).

“Todos esses fatores foram o combustível que fez germinar a construção de uma nova Constituição, que enunciou direitos resultantes agora da participação popular, tão rara nas outras constituições” (COUTO, 2004, p. 137).

No Brasil, no que tange às políticas sociais, a palavra “trabalho” nem sempre foi vista como um “valor social”, mas transformou-se ao longo dos tempos, vinculando-se com diversos princípios constitucionais e irradiando-se por toda a Constituição.

A atual Constituição aprovada em 1988 trouxe importantes mudanças como a inclusão das normas trabalhistas no Capítulo dos Direitos Sociais, já que nas Constituições anteriores situavam-se no âmbito da ordem econômica e social. Como

se percebe, ao passo que as nossas Constituições Federais evoluíram, vê-se também a evolução das normas trabalhistas, e na atualidade o seu reconhecimento como direito social. A Constituição Federal defende o trabalho como um fator indispensável para uma vida digna.

Sua necessidade ficou mais evidente à medida que o desenvolvimento contemporâneo tornou mais perceptíveis as diferenças entre as pessoas, exigindo ações concretas por parte dos órgãos governamentais para evitar a desagregação social.

Assim, a Constituição de 1988, que trata dos direitos sociais, em seu artigo 7º, elenca direitos sociais que visam à melhoria da condição social dos trabalhadores urbanos e rurais, conforme arrolado a seguir:

CAPÍTULO II - DOS DIREITOS SOCIAIS

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, **o trabalho**, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010)

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;

II - **seguro-desemprego**, em caso de desemprego involuntário;

III - **fundo de garantia** do tempo de serviço;

IV - **salário mínimo**, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

V - **piso salarial** proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

VI - irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

VII - **garantia de salário**, nunca **inferior ao mínimo**, para os que percebem remuneração variável;

VIII - **décimo terceiro salário** com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

IX - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

X - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;

XI - **participação nos lucros**, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;

XII - salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; (vide Decreto-Lei nº 5.452, de 1943)

XIV - jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;

XV - **repouso semanal remunerado**, preferencialmente aos domingos;

- XVI - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal; (Vide Del 5.452, art. 59 § 1º)
- XVII - **gozo de férias anuais remuneradas** com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;
- XVIII - **licença à gestante**, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;
- XIX - licença-paternidade, nos termos fixados em lei;
- XX - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;
- XXI - aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei;
- XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;
- XXIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;
- XXIV - **aposentadoria**;
- XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
- XXVI - reconhecimento das convenções e **acordos coletivos de trabalho**;
- XXVII - proteção em face da automação, na forma da lei;
- XXVIII - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;
- XXIX - ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 28, de 25/05/2000)
- a) (Revogada). (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 28, de 25/05/2000)
- b) (Revogada). (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 28, de 25/05/2000)
- XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;
- XXXI - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência;
- XXXII - proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos;
- XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)
- XXXIV - igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso
- Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VII, VIII, X, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXII, XXIV, XXVI, XXX, XXXI e XXXIII e, atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I, II, III, IX, XII, XXV e XXVIII, bem como a sua integração à previdência social. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 72, de 2013)³ (grifos da autora)

³ Fonte: BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Ed. Saraiva, 2013.

Como se observa, o direito ao trabalho é garantido pela Constituição Federal em seu artigo 6º no rol dos direitos sociais, do artigo 7º ao 11º estão previstos os principais direitos para os trabalhadores que atuam sob a lei brasileira, assim como a Consolidação das Leis de Trabalho. No entanto, não existe em nenhum dos parágrafos um instrumento formal que garanta trabalho aos brasileiros, o que existe, são leis que visam assistir e amparar o trabalhador visando uma humanização do trabalho, para que ele não trabalhe de forma insalubre ou prejudicial, tendo subsídios suficientes para uma vida saudável e digna.

Cabe ressaltar que Silva (2008, p. 191) observa que:

[...] é considerado como trabalhador todo indivíduo que exerce atividades laborais para sustento próprio ou de seus familiares, qualquer que seja sua forma de inserção no mercado de trabalho, nos setores formais e informais da economia, incluindo-se aqueles que não se encontram em atividade, por motivo de desemprego, aposentadoria ou incapacidade temporária (SILVA, 2008, p. 191).

Silva (2008) segue afirmando:

[...] que com esta posição, há o reconhecimento que o trabalho informal e o desemprego são resultantes da conjuntura política e econômica, e não um problema individual, embora o discurso neoliberal insista em remeter as questões de emprego e desemprego para o plano individual (SILVA, 2008, p. 191).

A legislação nacional influi de forma sistemática as relações de trabalho do País, além de defini-las e delimitá-las, ela estabelece um conjunto de normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho. Com todas as modificações ocorridas na economia brasileira, nos últimos anos identificam-se modificações nas formas de contratação, no tempo de trabalho, na remuneração, na organização do trabalho e nas formas de demissão.

A solução oferecida para superar a mencionada rigidez do direito e do mercado de trabalho é a desregulamentação dos direitos trabalhistas e o incentivo das negociações coletivas de trabalho para o estabelecimento ou simplesmente a desconstituição de direitos indisponíveis, exclusivamente por empresas. A síntese da proposição é a seguinte: diminuição dos direitos legais dos trabalhadores combinada com a ampla regulamentação do direito do trabalho através da negociação coletiva por empresa, sendo estas desenvolvidas com algumas restrições à ação coletiva dos trabalhadores (por exemplo: limites ao direito de greve, quoruns rígidos de deliberação grevistas e direito de substituição dos grevistas) (SIQUEIRA NETO, 1996, p. 327-328).

Os contratos por tempo determinado, a ampliação do trabalho estágio, o trabalho temporário, as terceirizações nos mostram um cenário onde fica clara a concepção ideológica dominante, onde o direito ao trabalho se torna algo distante do trabalhador. É por meio do trabalho digno que o homem se afirma e se insere na sociedade capitalista. Além disso, possibilita ao indivíduo o acesso às condições de vida digna para ele e para a sua família.

2.3 O DIREITO AO TRABALHO E O CAPITALISMO NO BRASIL

A palavra trabalho nos conduz a vários entendimentos, a começar por ser uma atividade central na vida das pessoas, que ocupa parte do tempo e do espaço em que se desenvolve a vida humana contemporânea. Portanto, ele não é apenas um meio de suprir as necessidades materiais, mas um meio de satisfazer sentimentos de valorização e de autoestima. Acredita-se, que hoje as pessoas continuam ancorando sua existência na atividade laboral que desenvolvem.

O trabalho é um ato em que se usa a consciência e o conhecimento dos meios e dos fins aos quais se quer chegar. Pode-se afirmar que não há trabalho sem consciência, na medida em que todo trabalho busca sempre a satisfação de uma necessidade.

Nas palavras de Marx (1989a, p. 208):

O processo de trabalho, que descrevemos em seus elementos simples e abstratos, é atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais.

Marx (1989b, p. 148) segue afirmando:

O trabalhador se torna tão mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz só mercadorias; produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na proporção em que produz mercadorias em geral.

Sob o capitalismo, os produtos não são mais produzidos para serem usados até o fim, a obsolescência das mercadorias é cada vez mais prematura.

Independente da qualidade, a inovação se impõe como regra geral de consumo, o que leva os produtos para o lixo muito antes de esgotada sua vida útil.

O produto do trabalho aparece, no final, como algo alheio ou estranho ao trabalhador, como um objeto que não lhe pertence. “O trabalhador coloca a sua vida no objeto; mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto” (MARX, 1989b. p. 150).

Além disso, o direito ao trabalho não estabelece uma obrigação do Estado em arrumar trabalho para todos os que estejam desocupados, mas em assumir um compromisso de empregar recursos para proporcionar ocupação aos que dela careçam. De outra maneira, a declaração do trabalho como dever social não implica um reconhecimento da obrigatoriedade do trabalho. Sendo assim, proteger o desempregado é uma evidência do valor social do trabalho, isso demonstra que trabalho e dignidade são valores indissociáveis no quesito da valorização humana.

Antigamente eram consideradas inaptas para o trabalho as pessoas com problemas psíquicos, mentais e ou com alguma deficiência física, hoje a não absorção da mão-de-obra foi precarizada pela crise econômica, fica à mercê do mercado. Para Antunes (2006, p. 15) “as formas diferenciadas da reestruturação produtiva do capital no Brasil, vem afetando o mundo do trabalho”.

O resultado parece evidente: intensificam-se as novas formas de extração do trabalho, como trabalhos parciais, precários, temporários, terceirizados.

Diversos estudos (Baltar, 2003; Borges, 2006; Dedecca; Rosandiski, 2006; Pochmann, 2001; 2008; Bastos, 2007; Toni, 2007; Toni, 2007; Druck; Franco, 2007; CEPAL/PNDU/OIT, 2008 apud Carvalho, 2011, p.399) têm analisado como o mercado de trabalho se desestruturou e se reconfigurou, acentuando seus traços mais negativos, como a instabilidade e a vulnerabilidade ocupacional, a elevada proporção de trabalhadores desprotegidos, o volume de postos de baixa qualidade. Além disso, o desemprego, que antes era residual e concentrado em segmentos mais vulneráveis (como jovens, as mulheres e o negros, todos com reduzida escolaridade), cresceu extraordinariamente se estabilizou em um patamar elevado, mudando também de natureza (CARVALHO, 2011, p. 399).

O atual padrão de acumulação capitalista tem desenvolvido mecanismos de desvalorização dos salários, com o intuito de incrementar os capitais ociosos e atingir super-lucros. A intensificação dos regimes de extração da mais-valia e do barateamento da força de trabalho provoca altas taxas de desemprego.

Para Boschetti (2010, p. 82): “o cenário que vem se revelando com a crise é de profunda mudança na estrutura do emprego e da organização do trabalho,

aumento da terceirização, informalidade, com frágil regulação econômica e social por parte do Estado.”

A partir do início dos anos 70, do século XX, no Brasil, o capitalismo, após um longo período de crescimento econômico, começou a dar sinais de um quadro crítico. São vários os autores que tratam da crise do capitalismo no final dos anos 70, entre eles Antunes (2011), Faleiros (2004), José Paulo Neto (2004), Luiz Wanderley (1999). Embora cada um deles focalize um aspecto particular, isto é, analise a crise de um determinado ponto de vista, todos discutem essa nova fase flexível do capitalismo.

Para Faleiros (2004), esse processo de acumulação capitalista tem sido mais destruidor que criativo, arrasando a natureza em nome do progresso e a capacidade criativa do povo em nome da acumulação da riqueza. O planeta vem sofrendo impactos destruidores, a tal ponto, que a própria terra ficou ameaçada, milhões e milhões de trabalhadores têm pago com a vida, com sofrimento, com trabalhos desgastantes a criação da própria riqueza capitalista. Ainda, segundo este autor, embora esse processo de acumulação tenha sido atenuado pelo Estado, ele foi extremamente heterogêneo. De um lado os setores estratégicos concentradores de tecnologia e conhecimento, de outro, os menos concorrenciais e menos estratégicos não alcançaram este avanço da tecnologia. Esta heterogeneidade reflete-se no processo de negação da igualdade de oportunidades acentuada na sociedade pela discriminação e exclusão social. Os menos qualificados possuem menos oportunidades de trabalho.

Com essa mudança na conjuntura econômica do país, o desemprego passa a ser o ponto central da questão social. O atual modelo econômico não prioriza uma agenda de crescimento da economia via expansão do emprego industrial, ao contrário, as indústrias só reduzem o contingente de mão-de-obra empregada devido à informatização, a reengenharia administrativa, e a própria crise fiscal das empresas.

O setor que cresce é o da economia informal, onde os custos e os direitos trabalhistas são descartados. A demanda básica dos setores populares passa a ser o emprego; como não há para todos, o governo cria programas de atendimento emergencial.

Os reflexos sociais do atual padrão de acumulação capitalista são visíveis: desemprego estrutural, que para Antunes (2011), é o resultado de todas essas

transformações no processo produtivo. A reestruturação produtiva restringe os espaços ocupacionais para o trabalhador, substituindo-o por maquinário tecnocientífico e reduzindo a força de trabalho. Essas transformações, presentes ou em curso, em maior ou menor escala, dependendo das condições econômicas, sociais, políticas, culturais, etc, afetam diretamente o *ser* do trabalhador. Precarizam-se as condições e as relações de trabalho, tempo de trabalho parcial, contratos por tempo determinado, trabalho temporário e em domicílio, terceirização, subcontratação, e outros. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Para o mesmo autor, há, portanto, um processo de heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora.

Estes reflexos são traduzidos pelo baixo padrão ou até mesmo ausência de qualidade de vida para a maioria da população, aumento da violência, desorganização geral do mundo dos jovens dada a não perspectiva de trabalho, consumo de drogas, desagregação familiar e envolvimento no submundo do crime e da violência generalizada.

Em um país como o Brasil, de tamanha desigualdade social, cenas do cotidiano exemplificam com clareza a injustiça social existente. A taxa de desemprego ou o contingente de desocupados, em maio de 2012, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi estimado em 1,4 milhões de pessoas, em idade ativa, nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNDA, 2013), do mesmo Instituto o número de trabalhadores sem carteira assinada chega a 15,3 milhões, ou seja, 28,2% do total de empregados.

Estas estatísticas demonstram a dimensão da precariedade e desestruturação do mercado de trabalho, atingindo aqueles com menos anos de estudo, as mulheres, os negros e os jovens.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) lançou um apelo para que o emprego e a renda estejam no centro da agenda de desenvolvimento, uma vez que se atinja a data para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em 2015. Segundo declarações do Diretor Geral da OIT: “Um trabalho decente é o melhor caminho para sair da pobreza e é também o caminho rumo ao crescimento das economias”.

A OIT estima que será necessário criar entre 45 e 50 milhões de empregos anualmente durante a próxima década para absorver o número de pessoas que se incorporará ao mercado laboral⁴.

Apesar das taxas de desemprego terem diminuído nos últimos anos, no Brasil, os números continuam sendo significativos, pois há muitos trabalhadores exercendo trabalhos precários, temporários, informais, sem nenhuma garantia por parte do Estado.

Para Inaiá Carvalho (2011, p.410):

Apesar das discussões e questionamentos de alguns autores quanto à persistência da sua centralidade, o trabalho continua como o eixo central do processo de integração social, com um caráter não apenas instrumental, associado à obtenção de renda, aos padrões de consumo, à proteção e à segurança, como também fundamental para a ocupação de um lugar na sociedade, para a definição de identidades e a constituição de vínculos sociais.

Nessas condições,

Para os que não trabalham, é difícil encontrar referências que lhes permitam estruturar o tempo, dar sentido à vida, organizar o encontro com o outro, dotar-se de um sentimento de utilidade, de uma imagem pessoal que o valorize. Nunca antes, como nesse período histórico, os indivíduos se curvaram para o mundo do trabalho, nunca antes a sociedade fora do trabalho se tornou tão deserta no plano do sentido (LINHART, 2007, p. 61 apud CARVALHO, 2011, p. 410).

O reconhecimento do trabalho como direito social, apesar de ser constitucionalmente garantido pela Constituição brasileira, na prática, muitas vezes é violado com salários injustos, ausência de férias, condições inadequadas. Além dos casos de desemprego crescendo assustadoramente.

O Estado necessita assumir a responsabilidade pela defesa e proteção da sociedade, e a questão do desemprego impõe-se na medida em que há um trágico desequilíbrio entre a necessidade de trabalho e o direito de exercê-lo com dignidade.

Se por um lado os avanços constitucionais apontaram para a construção de um patamar de igualdade social no Brasil, por outro as políticas econômicas neoliberais apontam para um aumento dos índices de desemprego, pobreza e indigência.

⁴ Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/depois-dos-objetivos-do-milenio-prioridade-para-o-trabalho-e-renda>>. Acesso: 01.09.13.

Para Behring & Boschetti (2011, p. 156):

[...] a tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise.

Para os governos brasileiros, a justificativa maior sempre foi que o problema, não era a falta e/ou geração de empregos, mas a desqualificação dos trabalhadores desempregados, passando assim a implementar de forma focalizada, políticas sociais de qualificação para o trabalho.

2 POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO NO BRASIL

Para iniciar o capítulo, destacar-se-á a ideia da formação profissional na sociedade contemporânea, em especial no atual contexto da crise do capital, visto que a análise se focalizará na Política de Qualificação Profissional PRONATEC-SENAI/Pelotas.

2.1 GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

Nos anos que antecederam a 1937, foram grandes os debates em torno das diretrizes que deveriam orientar a educação no País. Essa discussão centrou-se em torno das ideias do movimento escolanovista inspirado nas ideias político-filosóficas de igualdade entre os homens e do direito de todos à educação. Os intelectuais brasileiros viam num sistema estatal de ensino público, livre e aberto, o único meio efetivo de combate às desigualdades sociais da nação. Esse movimento opunha-se aos representantes de uma visão conservadora da educação, que encontravam nos católicos seu principal ponto de apoio.

A definição dos preceitos constitucionais de 1934 baseou-se nos aspectos relativos à obrigatoriedade do Estado em promover a educação e sua orientação, bem como na explicitação dos princípios de gratuidade e universalização do ensino. Para Couto (2004, p.102), “esta foi a forma usada para o governo ampliar o leque de opções de mão-de-obra para o projeto desenvolvimentista via industrialização em curso e também legitimar sua atuação perante a população pobre.”

Na Constituição de 1937 foi enfatizado o papel do Estado quanto à implementação do ensino profissionalizante, à medida que esse nível de ensino foi então destinado exclusivamente às “classes menos favorecidas”. Desta forma, a educação legitimava e reforçava de forma institucionalizada a divisão de classes existente na sociedade. Predominava uma concepção de ensino dicotomizado que colocava, de um lado, um ensino secundário tradicional voltado para a formação das classes dirigentes e, de outro, um ensino profissionalizante que visava à formação de mão-de-obra para atendimento das necessidades do mercado.

Com relação ao ensino orientado para a profissionalização, cabe salientar que a Constituição de 1937 prescrevia como uma obrigatoriedade das indústrias e

dos sindicatos a criação de escolas, dentro do âmbito de sua especialização, para os filhos de seus empregados e associados. Percebe-se, então que as empresas foram chamadas a participar do processo de treinamento de pessoal, atendendo às suas próprias necessidades, suprindo assim, a falta de recursos do Estado para o cumprimento de uma tarefa que ele próprio havia imposto.

A partir de 1942, foram postos em execução uma série de decretos-lei que buscaram organizar o ensino profissional, entre eles está o Decreto-Lei número 4.048, de 22/01/1942 que cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI).

A preocupação com a formação de trabalhadores especializados para a indústria, verificada neste momento, vinculava-se à grande expansão que o setor industrial vinha experimentando, expansão essa acentuada principalmente pela retração do comércio internacional, provocada pela Segunda Guerra Mundial, outro fato ocorrido foi o bloqueio à exportação de mão-de-obra pelos países europeus, tornando necessário ao Brasil qualificar a mão-de-obra nacional.

Assim, neste contexto de profundas transformações, o SENAI foi criado para atender a solicitação do empresariado, organizado na Confederação Nacional da Indústria (CNI), ao então presidente Getúlio Vargas. A reivindicação pretendia que fosse criado um sistema paralelo de formação de mão de obra especializada para o setor industrial. O governo federal prontamente atendeu a solicitação. O ensino profissionalizante recebeu, a partir de então, uma reforma complementar para a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). O SENAI foi criado em 22 de janeiro de 1942 para organizar e administrar as escolas de aprendizagem Industrial, com o objetivo de preparar “aprendizes”, alunos com faixa etária entre 14 e 18 anos, para serem posteriormente empregados nas indústrias. Cunha(2000) ilustra esta afirmação que configura a educação profissional desenvolvida para as classes populares:

Para a admissão imediata do aprendiz, as empresas deveriam dar preferência aos filhos (inclusive órfãos) e irmãos dos seus empregados e exigir, como condição, ao lado de outras, terem os candidatos concluído o curso primário ou possuírem os conhecimentos essenciais à formação profissional (CUNHA, 2000, p. 53).

Dois decretos ainda no mesmo ano ampliaram as ações deste órgão, em 1946 foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), que se

assemelhava ao SENAI, mas dirigia seu foco ao comércio, sob o comando da Confederação Nacional dos Comerciantes, e o decreto lei número 4.073 de 31 de janeiro de 1942 com a Lei Orgânica do Ensino Industrial.

Para Couto (2009, p. 105):

[...] a criação do sistema “S”: Serviço Social da Indústria, Serviço Social do Comércio e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, que buscava organizar o atendimento à saúde dos trabalhadores e criar sistemas educacionais voltados para a necessidade técnica do processo de industrialização, e que canalizava recursos oriundos dos empregadores e dos trabalhadores para a criação de um tipo específico de formação profissional, aquela requerida pelo processo econômico brasileiro.

Naquele mesmo ano foi promulgada a nova Constituição de 1946. De caráter mais democrático e liberal que as anteriores, ela ampliava a atuação das instituições e assegurava o direito de liberdade de pensamento. Quanto à educação, a nova Constituição estabeleceu que caberia à União legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Preocupou-se em estipular recursos mínimos, como forma de garantir que se cumprisse o que estipulava a lei, proposição ausente na Constituição anterior, a de 1937 com a missão de formar profissionais para a incipiente indústria nacional.

Há mais de 70 anos, já se pensava que, sem educação profissional de qualidade, o Brasil não teria uma indústria forte e nem alcançaria o desenvolvimento sustentado. O decreto de criação do SENAI estabelecia que a nova instituição de educação profissional fosse mantida com recursos dos empresários e administrada pela Confederação Nacional da Indústria.

Vários fatores mudaram o cenário social, um deles foi a produção industrial antes restrita ao espaço fabril, hoje assume novas dimensões. Os produtos são planejados em um lugar, fabricados e montados em outro, mas acabam sendo consumidos globalmente.

Surge o paradigma tecnológico com mudanças nos sistemas de informação e comunicação, depois a liberalização dos mercados nacionais, as privatizações, a desregulamentação dos mecanismos de controle da economia, a ampliação do livre comércio, a globalização. Todos esses aspectos são importantes para a compreensão dos motivos pelos quais o desemprego vivido no Brasil, leva os trabalhadores a sobreviverem na informalidade, em situações cada vez mais precárias de trabalho.

Diante de toda essa mudança estrutural, um dos grandes desafios é a geração de emprego e renda. E, para isso alguns governos brasileiros buscam alternativas para proporcionar o acesso ao conhecimento, e à qualificação para o mercado de trabalho.

Assim, a partir do início dos anos de 1990, a qualificação profissional ganhou novos significados e importância. Isso se deve, por um lado, à introdução de novas tecnologias, inerentes ao processo de reestruturação produtiva, e, de outro, ao crescimento do desemprego e da heterogeneização das formas de trabalho, decorrentes do modelo econômico adotado no país, exigindo um trabalhador mais qualificado e flexível.

Segundo Ramos e Reis (1997), entre os anos de 1995 e 1996, houve um aumento na taxa de desemprego no país, na faixa de três pontos percentuais, suscitando um debate interno a respeito das tendências do comportamento do mercado de trabalho. Nesse período, a capacidade de absorção de mão de obra no setor industrial, historicamente um grande empregador, diminuiu consideravelmente, houve também, redução dos postos de trabalho em função do processo de abertura comercial, tônica da política econômica dos anos 1990.

A política de qualificação profissional, implementada no país, a partir de 1995 pelo governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), construiu gradativamente o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR). Esse arranjo institucional visava integrar diferentes projetos de qualificação e requalificação profissional, tendo como proposição o apaziguamento dos conflitos sociais instaurados pela crise da falta de postos de trabalho e a necessidade do aumento de renda da sociedade brasileira. Segundo Moretto (2007), o plano tomou como uma premissa que o desemprego é consequência do processo de reestruturação produtiva combinado à baixa qualificação do trabalhador brasileiro. Além dos beneficiários do seguro-desemprego, o PLANFOR pretendia atender os trabalhadores desempregados ou com risco de perder o emprego, os beneficiários de programas de geração de emprego e renda, os trabalhadores autônomos, os micro-produtores do setor informal e os segmentos populacionais em risco social.

Barbosa e Porfírio (2009, p. 8) afirmam:

[...] que muitos problemas foram identificados na implementação do PLANFOR, entre eles: a baixa qualidade dos cursos e a curta duração, a escassa integração com outras políticas públicas, sobretudo às vinculadas à área de educação de trabalho e renda, o frágil sistema de monitoramento e avaliação dos cursos, a fragilidade das comissões estaduais e municipais como espaços de articulação dos segmentos de empresários, trabalhadores e governo para o exercício das funções de elaboração, acompanhamento e fiscalização da política de qualificação profissional.

Com o mesmo objetivo, o Plano Nacional de Qualificação (PNQ) de 2003, do governo Luiz Inácio (Lula) da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT), postula que uma política pública de qualificação deve se afirmar como um fator de inclusão social, de desenvolvimento econômico, com geração de trabalho e distribuição de renda. A concepção de qualificação deve ser entendida como uma construção social, de maneira a fazer um contraponto àquelas que se fundamentam na aquisição de conhecimentos como processos estritamente individuais e como uma derivação das exigências dos postos de trabalho.

No Plano Nacional de Qualificação (PNQ) encontrado no sítio do Ministério do Trabalho e Emprego que tem como objeto a qualificação profissional está colocado que:

O debate político, reflexões e pesquisas acadêmicas têm chamado a atenção para o caráter complexo de tal conceito, que envolve uma multiplicidade de dimensões: a epistemológica, a social e a pedagógica. A dimensão epistemológica realça o papel do trabalho na construção de conhecimento (não só técnico, mas também social). A dimensão social e política põem em evidência os processos e mecanismos, marcados por relações conflituosas, que são responsáveis pela produção e apropriação de tais conhecimentos. A dimensão pedagógica se refere mais diretamente ao processo de construção, transmissão e acesso de conhecimentos, quer estes se efetivem por procedimentos formais ou informais. Nesses termos, a qualificação profissional, como uma complexa construção social, inclui, necessariamente, uma dimensão pedagógica, ao mesmo tempo em que não se restringe a uma ação educativa, nem muito menos a um processo educativo de caráter exclusivamente técnico. Por outro lado, quanto mais associada estiver a uma visão educativa que a tome como um direito de cidadania, mais poderá contribuir para a democratização das relações de trabalho e para imprimir um caráter social e participativo ao modelo de desenvolvimento (MTE, 2012, p. 23).

O mesmo plano também ressalta a importância da qualificação como direito e condição indispensável para a garantia do trabalho decente para homens e mulheres. Define-se qualificação profissional como aquela que “permite a inserção e atuação cidadã no mundo do trabalho, com efetivo impacto para a vida e o trabalho das pessoas” (MTE, 2012, p. 23).

Entre as novidades trazidas por este plano está o aumento da carga horária dos cursos. Houve determinação sobre a carga horária mínima para os cursos, a ampliação do controle, o monitoramento dos programas e a orientação para a busca de maior integração com outras políticas sociais.

Dentro de um conjunto muito vasto de potenciais beneficiários, o PNQ estabeleceu a prioridade para trabalhadores desocupados pertencentes aos grupos mais vulneráveis econômica e socialmente (por fatores como baixa renda, baixa escolaridade e/ou discriminação de gênero, raça/etnia, idade, deficiência).

Segundo o MDS (2012, s.p.):

Compreende-se por programas e projetos de preparação para o trabalho e inclusão produtiva, as ações com foco na capacitação/qualificação profissional e/ou geração de renda, a fim de subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que garantam, aos grupos populares, meios e capacidade produtiva.

O Plano Nacional de Qualificação (PNQ), que está em vigor, foi fundado com o propósito de reorientar a Política Pública de Qualificação Profissional baseando-se em uma avaliação crítica da política anterior, em particular do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) que esteve em exercício entre 1995 e 2002.

Para Oliveira (2007, p. 52):

As "lacunas", "incoerências" e "limitações" apontadas quanto ao Planfor situaram-se sobretudo nos seguintes aspectos: incapacidade de integrar-se efetivamente às demais Políticas Públicas existentes de Trabalho e Renda e de interagir decisivamente com as Políticas Públicas de Educação; fragilidade das Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho; baixo grau de institucionalidade da rede nacional de qualificação profissional; ênfase nos cursos de curta duração; fragilidade de seu sistema de planejamento, monitoramento e avaliação.

Uma das opções encontradas pelos últimos governos brasileiros para suprir estas carências da população é o aumento da escolaridade e da qualidade educacional e cultural.

Assim, qualificar e incluir socialmente por meio da qualificação profissional, com geração de emprego e renda para os mais pobres, atendendo às demandas nas áreas públicas e privadas, incluem várias ações do governo federal, que tem como objetivo inserir os beneficiários do Bolsa Família no mercado de trabalho, com

a oferta de cursos de formação, sintonizados com a vocação econômica de cada região.

2.2 A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO – PRONATEC

Para atingir o objetivo de qualificação profissional, a presidente Dilma Rousseff em outubro de 2011, instituiu mais uma política pública, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego com o objetivo principal de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para a população brasileira.

Dentro de todo esse “sistema” e do aumento do co-financiamento federal do Plano Nacional de Educação Profissional, há investimento em mais uma política pública de cunho social, em especial no PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego).

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) (Lei n. 12.513/2011 – art 1º, incisos "I" e "IV") está integrado à estratégia do Plano Brasil Sem Miséria, que tem como meta erradicar a pobreza do país através de qualificação sócio-profissional por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. O PRONATEC resulta de uma parceria entre os ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e da Educação (MEC). As prefeituras são mobilizadas e os cursos executados pelos serviços nacionais de Aprendizagem Comercial (SENAC) e Aprendizagem Industrial (Senai), e as Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (IFs).

O Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) visa ampliar a oferta de vagas na educação profissional brasileira e melhorar as condições de inserção no mercado de trabalho dos beneficiários de programas federais de transferência de renda, por meio do incremento da formação e qualificação profissional, considerando as variadas demandas por mão de obra qualificada e o perfil dos beneficiários das transferências de renda.

O PRONATEC tem por objetivos:

1. Expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional Técnica de nível médio e de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores;

2. Ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores por meio do incremento da formação profissional.
3. Construir, reformar e ampliar as escolas que ofertam educação profissional e tecnológica nas redes estaduais;
4. Aumentar a quantidade de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de educação profissional e tecnológica;
5. Melhorar a qualidade do Ensino Médio.

Possui duas modalidades:

- 1) Bolsa-Formação Estudante: oferta de cursos técnicos de nível médio e de formação inicial e continuada para estudantes da rede pública, inclusive a oferta de cursos de educação de jovens e adultos. A articulação é feita pelo MEC em diálogo com as Secretarias Estaduais de Educação.
- 2) Bolsa-Formação Trabalhador: oferta de cursos de FIC (Formação Inicial e Continuada) para pessoas inscritas no Cadastro Único (PRONATEC/BSM⁵). A articulação da oferta é feita pelo MDS em diálogo com as Secretarias Estaduais e Municipais de Assistência Social e do Trabalho.

A oferta de cursos de FIC para beneficiários do Seguro-Desemprego é uma prerrogativa para o recebimento do benefício. Assim, caso o cidadão esteja solicitando este seguro pela terceira vez em um período de 10 anos, será obrigatória a sua participação em um dos cursos do PRONATEC para receber o auxílio.

O governo federal através do Ministério da Educação é o coordenador nacional do PRONATEC juntamente com o Ministério do Desenvolvimento Social. O MEC regulamenta a participação dos ofertantes com resoluções do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), atualmente o Sistema "S" (Resolução FNDE n. 66) e "IFs" (Resolução FNDE n. 72); financia os cursos diretamente aos ofertantes, gerencia o sistema de gestão por intermédio do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), utilizado para a gestão da oferta e da execução da Bolsa-Formação do PRONATEC.

⁵ BSM – Brasil Sem Miséria.

Por outro lado, o Ministério do Desenvolvimento Social regulamenta a participação dos Estados e Municípios, através da interlocução com secretarias estaduais e municipais de assistência social e de trabalho; executa o monitoramento do perfil socioeconômico dos alunos atendidos pelo PRONATEC por meio do cruzamento regular das informações de matrícula do SISTEC com as informações do Cadastro Único (CADÚNICO), para verificar o atendimento prioritário.

Atualmente, dentro da Política Nacional de Inclusão Social o SENAI e o SENAC, e os Institutos Federais estão oportunizando a oferta de cursos profissionalizantes dentro do PRONATEC.

O PRONATEC envolve ainda um conjunto de iniciativas:

- expansão da Rede Federal: A Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica está presente em todos os estados com mais de 350 unidades de funcionamento, oferecendo cursos de formação inicial e continuada, técnicos, superiores de tecnologia, licenciaturas e programas de pós-graduação;
- programa Brasil Profissionalizado: Destina-se à ampliação da oferta e ao fortalecimento da educação profissional e tecnológica integrada nas redes estaduais, em parceria com o Governo Federal;
- rede e-Tec Brasil: São oferecidos cursos gratuitamente de formação continuada ou de qualificação profissional na modalidade à distância;
- acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem: O acordo de gratuidade tem por objetivo ampliar progressivamente a aplicação dos recursos do SENAI, do SENAC, do SESC e do SESI, recebidos da contribuição compulsória, em cursos técnicos e de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional em vagas gratuitas destinadas a pessoas de baixa renda, com prioridade para estudantes e trabalhadores;
- FIES Técnico e Empresa: O FIES técnico tem como objetivo financiar cursos técnicos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional para estudantes e trabalhadores em escolas técnicas privadas e nos serviços nacionais de aprendizagem – SENAI, SENAC, SENAT E SENAR. No FIES Empresa serão financiados cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores inclusive no local de trabalho.

O referido Programa oferece cursos de qualificação a segmentos da população que necessitam de uma política pública para auxiliá-los no processo de (re) inserção no mercado de trabalho. Nesse sentido, a concepção e o desafio do programa residem na possibilidade dos trabalhadores ampliarem seus conhecimentos, abandonando a situação de desalento em busca pelo emprego.

O programa é parte de uma estratégia de desenvolvimento, em escala nacional, que busca integrar a qualificação profissional de trabalhadores com a elevação da sua escolaridade, constituindo-se em um instrumento de fomento ao desenvolvimento profissional, de inclusão e de promoção do exercício da cidadania.⁶

A própria noção de trabalho, no sistema capitalista está sendo revista de maneira ampla, entende-se que as políticas de qualificação profissional, como estratégia de desenvolvimento nacional referenciada pela noção de ampliação da cidadania, requerem uma atenção especial por parte de estudiosos e pesquisadores, a fim de que sejam descobertos elementos para uma melhor compreensão da sua complexidade, e das reais (im)possibilidades de sua eficácia. Afinal, pode-se questionar: Até que ponto um Programa Nacional de Qualificação Profissional conseguirá interferir na crise do desemprego estrutural instaurada na atualidade?

Sem a pretensão de responder a esta questão ampla, a seguir será apresentada uma pesquisa realizada com ex-alunos e instrutores de cursos profissionalizantes ministrados através do PRONATEC/SENAI, na cidade de Pelotas, buscando contribuir, a partir de sua particularidade, para um maior conhecimento da política de qualificação profissional como estratégia para inclusão social existente atualmente no Brasil.

⁶ Disponível em: <<http://pronatec.mec.gov.br/institucional/base-legal>> Acesso: 06/08/2013.

3 CONHECENDO E ANALISANDO A IMPLANTAÇÃO DO PRONATEC-SENAI/PELOTAS

Neste capítulo, apresenta-se a direção e o percurso da investigação realizada sobre o PRONATEC-SENAI/Pelotas, iniciando com a origem e a questão norteadora da pesquisa, os objetivos e a metodologia da investigação. Num segundo momento, apresentam-se as descobertas da pesquisa com a análise e interpretação dos dados. Para proporcionar melhor visibilidade, alguns resultados obtidos foram representados em Quadros e Gráficos.

3.1 ORIGENS E DELINEAMENTO DA PESQUISA

O interesse da pesquisadora em analisar os cursos de qualificação profissional teve início ao ingressar no Instituto Federal Sul Rio-Grandense, durante sua atuação como docente do Programa Nacional de Integração da Educação Básica na modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA), na formação Inicial e Continuada (FIC) com ensino fundamental o qual tem por objetivo oferecer educação profissional a jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino fundamental na idade regular. Esta inserção profissional provocou vários questionamentos em relação a esta política, instigando para um maior conhecimento sobre o significado do PRONATEC, e para uma análise sobre o seu alcance na qualificação profissional para inserção no mercado de trabalho.

Reconhece-se que é impossível compreender o presente sem uma perspectiva histórica. Por isso foram realizados estudos sobre o direito ao trabalho no Brasil e como alguns governos respondem às necessidades permanentes da reestruturação produtiva, através de programas de qualificação profissional para o mercado de trabalho, para subsidiar a análise do PRONATEC na atualidade.

Entendeu-se ser importante verificar qual a visão dos ex-alunos e instrutores sobre esta política, pela ausência de um estudo com este direcionamento. Desta forma, optou-se por ouvir os beneficiários, bem como os instrutores do programa, como sujeitos do processo de avaliação.

Para isto a pesquisa realizada procurou responder ao seguinte problema: Quais os resultados obtidos com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego desenvolvido no município de Pelotas através do SENAI, na modalidade

Bolsa-Formação Trabalhador, em relação à qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho de seus participantes?

Assim, a pesquisa procurou obter subsídios para analisar os resultados obtidos com o PRONATEC do SENAI Pelotas na modalidade de bolsa-formação trabalhador em relação à qualificação dos cursistas para o mercado de trabalho, tendo como objetivos específicos: investigar o perfil dos beneficiários do programa; descobrir a opinião dos instrutores, e ex-alunos sobre o PRONATEC; verificar a contribuição do programa para a qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho de seus participantes; e, ainda, dar visibilidade aos aspectos a serem revisados para o aperfeiçoamento do programa.

Para alcançar os objetivos desejados, foi utilizado o método crítico-dialético, que se baseia na corrente de pensamento marxista. As teses da dialética utilizadas para tal análise foram de especificidade histórica, pois nada se constrói fora da história e nem a história é produto de ideias, dizem Marx e Engels, no texto que escreveram sobre a *Sagrada Família* (1976) apud Mynaio (2006, p. 111). Para a mesma autora dialética não é uma unidade vazia ou estática da realidade, mas uma totalidade dinâmica de relações que explicam e são explicadas pelo modo de produção concreto.

Assim, a pesquisa considerou que a realidade é determinada por diferentes aspectos: econômico, político, cultural, social que, inter-relacionados compõem um todo. Por isto, na

(...) perspectiva totalizadora tal como pensada pelo marxismo (...) ao mesmo tempo em que se observa a realidade objetiva como um todo coerente; compreendem-se e analisam-se as partes do todo, formando correlações concretas de conjuntos e unidades que contêm determinações e condicionamentos gerais, afirmando-se a complexidade e as diferenciações presentes em todos os fenômenos, fatos e processos (MINAYO, 2006, p.115).

Conforme Goldman (1967, p. 4 *apud* MINAYO, 2006, p. 116):

Sendo então todas as coisas causadas e causadoras, ajudadas e ajudantes, mediata e imediatamente, e todas se relacionando por um vínculo natural e sensível que liga as mais afastadas e as diferentes, creio ser tão impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, como conhecer o todo sem conhecer as partes.

Com estas concepções o PRONATEC-SENAI/Pelotas foi delimitado como campo de trabalho, para mapear as condições de manifestação do objeto

pesquisado (SEVERINO, 2007, p. 123), tendo presente que ele é ao mesmo tempo uma parte da política de qualificação profissional no Brasil, a qual somente pode ser explicada na perspectiva histórica da sociedade brasileira.

Nesta perspectiva foi realizado o estudo de caso do PRONATEC-SENAI/Pelotas, para avaliar os resultados alcançados com os cursos de qualificação profissional. O estudo de caso evidencia, de acordo com Minayo (2006, p.164):

(...) ligações causais entre intervenções e situações da vida real; o contexto em que uma ação ou intervenção ocorreu ou ocorre; o rumo de um processo em curso e maneiras de interpretá-lo; o sentido e a relevância de algumas situações-chave nos resultados de uma intervenção.

Ainda sobre os estudos de caso, esta autora destaca que esse tipo de estudo permite compreender processos sociais pouco conhecidos e relacionados a grupos específicos para, assim, propiciar a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação (MINAYO, 2006).

A pesquisa desenvolvida buscou articular dados quantitativos e qualitativos, o que, segundo Creswell (2010), a combinação dos métodos facilita a condução e a interpretação das questões da pesquisa.

Durante a primeira aproximação com o objeto de estudo, descobriu-se que o projeto do PRONATEC em Pelotas foi consolidado por meio de parceria entre a Prefeitura Municipal de Pelotas, o Sistema Nacional de Emprego (SINE) e o Ministério do Trabalho, visando promover a empregabilidade das pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social, ofertando oportunidade para as pessoas se qualificarem tecnicamente. Os cursos são oferecidos pelo sistema “S”, SENAI, SENAC e Institutos Federais. As inscrições são realizadas nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAs) ou na Secretaria de Cidadania, o público-alvo para inscrição são famílias com renda familiar de até três salários mínimos cadastradas no CadÚnico.

Por isso, a pesquisa foi desenvolvida no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI – existente na cidade de Pelotas. Esse serviço foi instituído para organizar e administrar em todo o Brasil escolas de Aprendizagem Industrial. Foi criado a partir do Decreto número 4048 de 22 de janeiro de 1942, na época denominado de Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários, é uma

entidade de direito privado, que objetiva promover o desenvolvimento e o aprimoramento da indústria nacional.

O SENAI foi criado para fornecer uma formação rápida de mão de obra para fazer frente às necessidades do empresariado industrial, isso ocorreu no contexto das políticas sócio econômicas da Era Vargas.

Para implantar o sistema nacional de educação profissional, os empresários Euvaldo Lodi, então presidente da CNI, e Roberto Simonsen, que, na época, presidia a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), se inspiraram na experiência do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional. No final da década de 50, quando o presidente Juscelino Kubitschek acelerou o processo de industrialização, o SENAI estava presente em quase todo o território nacional e começava a buscar no exterior, a formação para seus técnicos. Nos anos 60, o SENAI investiu em cursos sistemáticos de formação profissional, intensificou o treinamento dentro das empresas e buscou parcerias com os Ministérios da Educação e do Trabalho e com o Banco Nacional da Habitação.

No contexto da cidade de Pelotas, com o crescimento industrial no setor da alimentação ocorrido no início da década de 1970, é implantado o distrito industrial, isso possibilitou a instalação de várias indústrias que receberam incentivos da prefeitura municipal e também dos bancos de desenvolvimento. Em virtude do desenvolvimento industrial, foi necessária mão de obra qualificada, pois Pelotas não tinha disponibilidade de recursos humanos.

Diante do quadro de expansão industrial houve a fundação do SENAI no município, no dia 9 de fevereiro de 1976, com o nome “Agência de Treinamento Eraldo Giacobbe”, hoje “Centro de Educação Profissional Eraldo Giacobbe”.

Segundo a Revista SENAI (2002, pp. 68-69):

[...] a Instituição em Pelotas passou a atender também aos municípios de Arroio Grande, Canguçu, Jaguarão, Pedro Osório e São Lourenço do Sul, com cursos de qualificação profissional para 13 mil empregados de 2200 empresas do setor da indústria.

A princípio, funcionaram na instituição cursos na modalidade de qualificação somente para treinar adultos. No ano de 1978, permanentemente, na Agência de Treinamento Eraldo Giacobbe, passaram a funcionar dois cursos, na modalidade de aprendizagem: eletricidade e mecânica geral, com duração de até 2 anos, destinados a adolescentes (filhos de trabalhadores da indústria) chamados de

“jovens aprendizes”. Em Pelotas, seguindo a proposta do SENAI em todo o Brasil, a Agência de Treinamento Eraldo Giacobbe tinha o estigma de ser destinada aos filhos dos operários, ou seja, aos pobres.

O SENAI de Pelotas aderiu ao Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego na perspectiva da qualificação profissional, tendo ofertado no ano de 2012 mais de 500 vagas em cursos profissionalizantes.

Utilizou-se, junto aos instrutores e ex-alunos dos cursos, a técnica de entrevista semiestruturada “que combina perguntas fechadas (ou estruturadas) e abertas, nas quais o entrevistado tem a possibilidade de discorrer o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador” (MINAYO, 2010, p. 108).

Devido ao grande número de inscritos no Programa, equivalente a 554 (quinhentos e cinquenta e quatro) no período estabelecido para a pesquisa e, ao mesmo tempo, tendo a intenção de obter dados mais representativos do todo, optou-se por trabalhar com uma mostra calculada quantitativamente de forma aleatória, para aplicar a pesquisa aos ex-alunos. Assim, considerando o total de usuários atendidos pelo SENAI em 2012, usando o programa estatístico Epi Info versão 6.04, tendo como estimativa um nível de emprego de 45% dos usuários, com uma margem de erro de 12% e com um nível de confiança de 95%, obteve-se uma amostra de 61 pessoas. A forma de seleção foi realizada por meio de sorteio a partir da listagem dos participantes colocados em ordem alfabética. Foi sorteada a primeira pessoa da lista, e a partir desta escolha, a cada nove pessoas, escolheu-se uma.

Já para aplicação da pesquisa com instrutores, considerando que totalizavam um número menor, equivalente a 20 pessoas, optou-se por trabalhar com amostragem por saturação que, de acordo com Fontanella et al (2008), é uma ferramenta conceitual amplamente empregada nas investigações qualitativas. É utilizada para estabelecer o tamanho final de uma amostra em estudo, interrompendo a inclusão de novos informantes pelo fato de os dados obtidos apresentarem certa redundância na avaliação do pesquisador, não sendo mais relevante persistir na coleta de dados, considerando que as informações acrescentadas pelos novos participantes não contribuiriam significativamente para a reflexão teórica. No caso desta pesquisa, após a realização de 10 entrevistas obteve-se o total desejado.

3.2 A ENTRADA DA PESQUISADORA NO CAMPO DA PESQUISA

A entrada em campo para o pesquisador é permeada de expectativas, pois os sujeitos de investigação foram construídos teoricamente, enquanto componentes do objeto de estudo. É no primeiro contato com seus pares que se vai construindo a interação social entre pesquisador e sujeitos investigados.

O trabalho de campo tem que ser pensado a partir de referenciais teóricos e também de aspectos operacionais que envolvem questões conceituais. Isto é, não se pode pensar um trabalho de campo neutro. A forma de realizá-lo revela as preocupações científicas dos pesquisadores que selecionam tanto os fatos a serem coletados como o modo de recolhê-los (MINAYO, 2011, p. 107).

É a partir desse momento da pesquisa que se vai desvendando e conhecendo o problema da investigação. Houve três fases para inserção na pesquisa de campo. Primeiramente, houve um contato com o Diretor do SENAI Pelotas/RS, fez-se uma apresentação prévia do projeto, com destaque para os objetivos e métodos da pesquisa. Depois de realizada a apresentação, foi solicitada a autorização (Apêndice I), e o apoio para que a mesma fosse realizada, a fim de poder encaminhar o projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL). Cabe salientar que a pesquisadora foi autorizada e incentivada a desenvolver o projeto, pois o Diretor entendeu que o estudo pode contribuir para aprimorar o programa (PRONATEC), desenvolvido no SENAI. Com a autorização da instituição a pesquisadora realizou as primeiras aproximações com a realidade através de consulta documental para obter uma visão da abrangência do PRONATEC/SENAI Pelotas no período demarcado para a pesquisa, isto é, para descobrir os cursos ministrados, no período de janeiro de 2012 a dezembro de 2012.

Os dados obtidos foram ordenados em Quadros, apresentados a seguir, por Área de Formação, identificando o período, a carga horária, o turno, o número de alunos matriculados, concluintes aprovados, reprovados e evadidos por turma.

Quadro 1: Cursos ofertados no SENAI/Pelotas em 2012 no segmento da Construção Civil, por turno, alunos concluintes e evadidos

Construção civil						
Curso	Turno	Período de realização	Carga horária	Total de vagas	Alunos concluintes	Alunos evadidos
Ajudante de obras	Manhã	11/06 a 10/08	180h	21	11	10
Almoxarife de obras	Noite	21/05 a 25/07	180h	16	9	7
Carpinteiro de obras	Noite	20/08 a 13/11	220h	25	11	14
Aplicador revestimento cerâmico	Noite	15/10 a 21/12	180 h	23	8	15
Aplicador revestimento cerâmico	Noite	21/05 a 25/07	180 h	20	14	6
Encanador Instalador Predial	Noite	01/06 a 10/09	210 h	26	19 apr. 1 repr.	6
Pedreiro de alvenaria	Noite	23/07 a 09/10	180 h	23	7	16
Armador de ferragem	Noite	01/06 a 24/08	220 h	15	8	7
Eletricista Instalador de baixa tensão	Noite	23/04 a 10/08	300 h	21	13	8
Eletricista Instalador de baixa tensão	Noite	21/01 a 19/03	200 h	11	9	2
Eletricista Instalador de baixa tensão	Tarde	23/04 a 09/08	300 h	21	11 apr. 1repr.	9
TOTAL				222	120 apr. 2 repr.	100

Fonte: Dados extraídos das folhas de cadastro dos alunos do SENAI Pelotas.

Quadro 2: Cursos ofertados no SENAI/Pelotas em 2012 no segmento da Indústria Naval, por turno, alunos concluintes e evadidos

Indústria naval						
Curso	Turno	Período de realização	Carga horária	Total de vagas	Alunos concluintes	Alunos Evadidos
Eletricista Industrial	Noite	17/07 a 29/11	320 h	25	18	7
Eletricista Industrial	Tarde	02/07 a 30/10	320 h	24	12	12
Soldador processo tig em aço	Tarde	01/08 a 16/10	200 h	20	14	6
Soldador no processo eletrodo revestido aço carbono e aço baixaliga	Tarde	21/05 a 10/08	200 h	17	8apr. 1repr.	8
Soldador no processo migmag	Noite	01/10 a 21/12	200 h	16	13	3
Soldador no processo migmag	Tarde	01/10 a 21/12	200 h	16	13	3
Torneiro mecânico	Noite	01/08 a 08/11	240 h	16	9	7
Torneiro mecânico	Tarde	17/09 a 28/12	240 h	16	10	6
Torneiro mecânico	Noite	02/05 a 27/07	240 h	9	8apr. 1repr.	0
Torneiro mecânico	Noite	25/01 a 16/04	200 h	14	10apr. 2repr.	2
Ajustador mecânico	Noite	22/05 a 16/04	200 h	14	10	4
Ajustador mecânico	Noite	22/05 a 09/08	220 h	23	15	8
Fresador mecânico	Noite	11/06 a 28/09	300 h	27	11	16
Mecânico de manutenção de máquinas industriais	Noite	23/04 a 17/08	320 h	25	22	3
Auxiliar de operações em logística	Noite	01/08 a 11/10	180 h	24	18	6
TOTAL				286	191 apr. 4 repr.	91

Fonte: Dados extraídos das folhas de cadastro dos alunos do SENAI Pelotas

Quadro 3: Cursos ofertados pelo SENAI/Pelotas no segmento de Comércio, em 2012, por turno, alunos concluintes e evadidos

Comércio						
Curso	Turno	Período de realização	Carga horária	Total de vagas	Alunos concluintes	Alunos evadidos
Auxiliar administrativo	Noite	16/07 a 11/10	240 h	26	23	3
Padeiro e confeitoiro	Noite	22/05 a 09/08	220 h	20	9	11
TOTAL				46	22	14

Fonte: Dados extraídos das folhas de cadastro dos alunos do SENAI Pelotas.

Na análise dos três Quadros de oferta de Cursos no período de janeiro de 2012 a dezembro do mesmo ano percebe-se que os Cursos totalizaram a oferta de 554 (quinhentos e cinquenta e quatro) vagas, concentradas para qualificação de três grandes segmentos: 1. indústria naval – absorvendo 286 (duzentos e oitenta e seis) vagas, equivalente a um percentual de 51,62% do total oferecido; 2. construção civil – ofertando 222 (duzentos e vinte e duas) vagas, equivalente a um percentual de 40,07% do total oferecido; e 3. comércio - disponibilizando 46 (quarenta e seis) vagas equivalente a um percentual de 8,3% do total oferecido. Portanto, houve um investimento na qualificação de mão-de-obra para atender à demanda de mercado, identificada como vocação econômica local, esta negociação, pela escolha dos cursos, é intermediada pelo Governo Estadual, junto aos órgãos habilitados para ministrarem os cursos, segundo Cartilha do PRONATEC/BSM, ano 2013⁷.

É importante salientar que a implantação do Polo Naval em Rio Grande, está provocando uma grande demanda de contratação para novas vagas de empregos, assim como a construção civil que está com o mercado aquecido pelo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal. Cabe ressaltar que a implantação do Polo Naval em Rio Grande, também partiu de uma iniciativa do governo federal, com o objetivo de reativar a indústria naval em um primeiro momento e, em segundo descentralizá-la do centro do país.

A demanda de mercado, nestes segmentos, justifica o investimento em Cursos de qualificação pelo SENAI/Pelotas.

⁷Dados extraídos da Cartilha do PRONATEC. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A3BAA1B30013BB4CEA2D1752B/Termo%20de%20Refer%C3%AAncia679.pdf>> Acesso: 05.10.2013.

Observa-se, o alto nível de evasão nas turmas, chegando a um total de 37%, extraídos através de uma relação matemática entre o número total de inscritos e o número de evadidos. Dos que concluem os cursos, apenas 1,8% são considerados não aptos. Se o mercado de trabalho está aquecido nos segmentos citados, qual seria a justificativa para um número tão expressivo de pessoas evadirem dos cursos antes de concluírem? O esforço de compreensão desta relação, contudo é fundamental para a análise e revisão da política de qualificação profissional. Estes dados evidenciam que na conjuntura atual o Estado usa políticas públicas sociais para amortizar os problemas ocasionados pelo mercado. Assim, a política de qualificação para o trabalho tem servido para suprir a falta de mão de obra em determinado território.

Essa primeira aproximação com a realidade reforça que esta é mais uma política pública do governo federal, voltada para a sociedade que envolve recursos e atores sociais, e que, portanto, deve ser analisada do ponto de vista de sua relevância, por meio da verificação de seus resultados, analisando se eles são coerentes com os objetivos estabelecidos, ainda que os mesmos sejam contraditórios como analisado anteriormente.

O PRONATEC como política pública do governo federal, portanto, uma ação intencional do Estado junto aos trabalhadores, entende-se que não basta oferecer Cursos, é necessário que eles sirvam para proporcionar autonomia e desenvolvimento aos seus participantes, produzindo resultados para a melhoria das condições de vida, pois somente desta forma, contribuirão para a ampliação da cidadania. Nesta perspectiva, reafirma-se a opção metodológica de escolher como sujeitos da pesquisa alunos e instrutores dos cursos.

Após este primeiro momento de aproximação com o objeto de estudo, o projeto de pesquisa foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UCPEL. Após a aprovação do projeto pelo CEP foi iniciada a coleta de dados diretamente com os ex-alunos e instrutores selecionados na amostra.

Ao entrar em contato com os selecionados a pesquisadora esclarecia sobre a importância da pesquisa, agendando horário para entrevista na casa do entrevistado. Inicialmente, não se teve dificuldade no agendamento, somente com os ex-alunos que não concluíram o Curso, os quais demonstravam falta de interesse na participação. Quando isso ocorria, fazia-se um novo sorteio. A única reação era perguntarem se a pesquisadora fazia parte do governo e ao saberem que a

pesquisa não era vinculada a ele logo havia aceitação em participar. A impressão da pesquisadora ao analisar o receio em participar da pesquisa, caso essa fizesse parte do governo foi de temerem perder algum benefício, ou de que as informações prestadas pudessem prejudicá-los a ponto de não poderem cursar outros cursos do PRONATEC. As entrevistas com os ex-alunos foram realizadas nas suas residências (local de moradia) no período de fevereiro a maio de 2013. Já com os instrutores do SENAI, que indistintamente demonstraram satisfação em poder ajudar na pesquisa, as entrevistas foram realizadas na própria instituição (local de trabalho), no mês de julho de 2013.

Cabe salientar que ao entrar em contato com os pesquisados, em primeiro lugar, a pesquisadora esclareceu sobre a pesquisa, informando os seus aspectos básicos, e aqueles que concordaram em participar preencheram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice II). Os que não demonstraram interesse em participar foram dispensados da entrevista, e um novo sorteio foi realizado para garantir a amostra estabelecida.

A seguir, apresenta-se um quadro com o número de alunos sorteados para a entrevista por cursos oferecidos pelo PRONATEC-SENAI/Pelotas no ano de 2012.

Quadro 4: Curso dos alunos sorteados aleatoriamente para entrevista

CURSO	NÚMERO DE ALUNOS
Eletricista	8
Soldador	7
Almoxarife	6
Torneiro mecânico	6
Auxiliar administrativo	5
Fresador	5
Pedreiro	4
Ceramista	4
Encanador	3
Mecânico	3
Encanador	3
Padeiro e confeitoiro	2
Carpinteiro	2
Auxiliar processos logística	2
Armador de ferragem	1
TOTAL	61

Fonte: Dados extraídos da listagem dos ex-alunos.

Conforme apresentado no Quadro 4, o total de ex-alunos entrevistados foi de 61 (sessenta e um), distribuídos em 15 (quinze) cursos ofertados no período selecionado para a pesquisa. Observa-se uma concentração maior de alunos entrevistados no curso de eletricista, em segundo o curso de soldador, o que pode ser compreendido pela repetição da oferta dos cursos, bem como uma possível percepção de que estes segmentos da economia têm ampliado sua oferta de postos de trabalho. É válido lembrar que o sorteio não foi vinculado ao tipo de curso.

A entrevista com os ex-alunos foi norteada pelo instrumento apresentado no Apêndice III e a realizada com os instrutores segue o roteiro apresentado no Apêndice IV.

Após a realização das entrevistas e com o registro organizado dos dados, foi feita a sua análise. Os dados qualitativos, devido ao número de variáveis, quando possível, foram organizados através de quadros, para melhor visualização das descobertas da pesquisa.

3.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA PRONATEC-SENAI/PELOTAS

A análise dos dados foi desenvolvida de acordo com a metodologia proposta por Minayo (2006), passando por três fases: ordenação dos dados, segundo Minayo (2006, p.356) neste momento é feito a “organização de todos os dados obtidos no trabalho de campo”; em um primeiro momento, “se toma o material empírico (...) como um conjunto, um corpus, a ser tecnicamente trabalhado (...) visando-se uma leitura que busque homogeneidades e diferenciações por meio de comparações e contrastes” (MINAYO, 2006, p. 356). Nesse momento, houve a separação das respostas por semelhança, o que possibilitou um quadro sistematizado, permitindo uma visualização das respostas para uma melhor compreensão dos dados obtidos.

Após a ordenação dos dados foi feita a classificação, que segundo Minayo (2006, p.358): “o pesquisador coloca as partes semelhantes juntas, buscando perceber as conexões entre elas, e guardando-as em códigos e gavetas”. A partir deste momento, se estabeleceu, de acordo com as respostas, as categorias relevantes que foram expressas pelos entrevistados, para posteriormente serem confrontadas com as categorias norteadoras da investigação.

No momento da análise final, foram estabelecidas “uma profunda inflexão sobre o material empírico, que deve ser considerado o ponto de partida e de chegada de uma investigação” (MINAYO, 2006, p. 358).

Os resultados sistematizados no processo de análise, através da aplicação de instrumentos, serão apresentados a seguir.

3.3.1 Perfil dos beneficiários do PRONATEC-SENAI/Pelotas

Os dados para composição do perfil dos beneficiários foram levantados a partir das entrevistas com os ex-alunos selecionados (61) pela pesquisa e que responderam às perguntas de um (1) a oito (8) apresentadas no Apêndice III.

Para um melhor entendimento das análises dos sujeitos pesquisados, apresentar-se-á, em primeiro lugar, uma caracterização geral com as variáveis: idade, sexo, grau de instrução, beneficiários de prestação continuada, bairro, renda familiar e atividade atual.

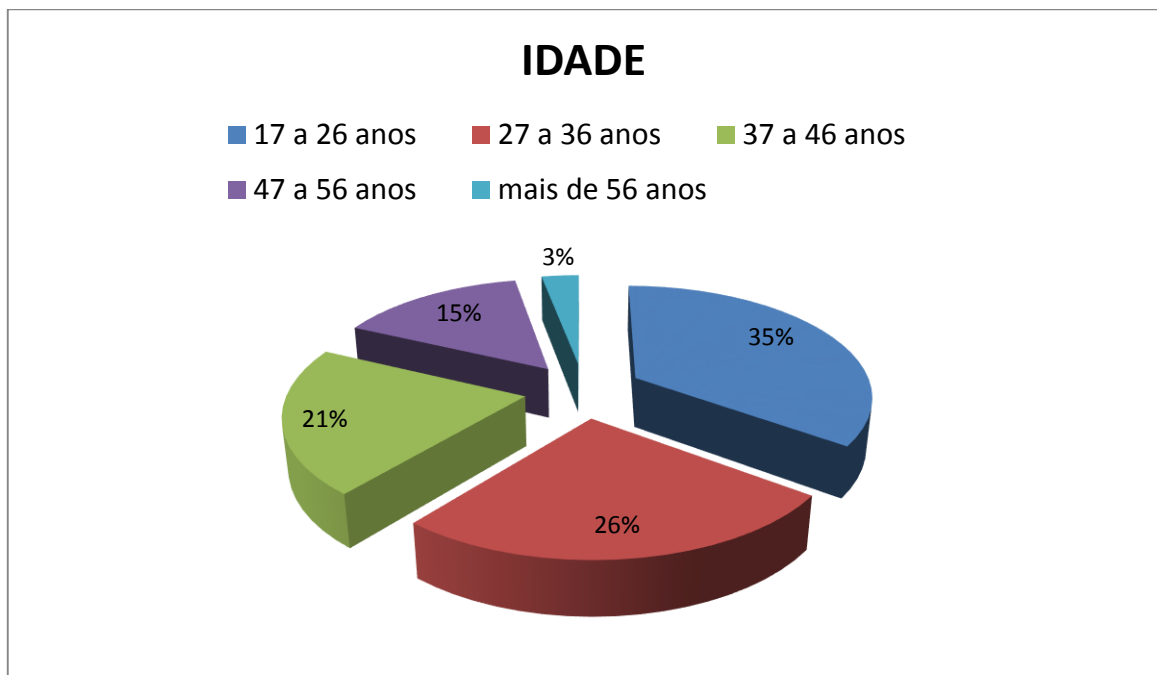


Gráfico 1: Faixa etária dos beneficiários entrevistados do PRONATEC/SENAI ano 2012.

Fonte: Dados obtidos através das respostas a pergunta nº 1.2 do apêndice III.

Conforme o apresentado no Gráfico 1, a faixa etária dos ex-alunos está compreendida entre a idade mínima de 17 e a máxima de 59 anos. Observa-se uma

concentração maior entre 17 e 26 anos (35%). Esse número demonstra a busca de uma maior qualificação pelos jovens, o que em parte pode ser explicado, por ser este o segmento mais atingido pelo desemprego, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT)⁸.

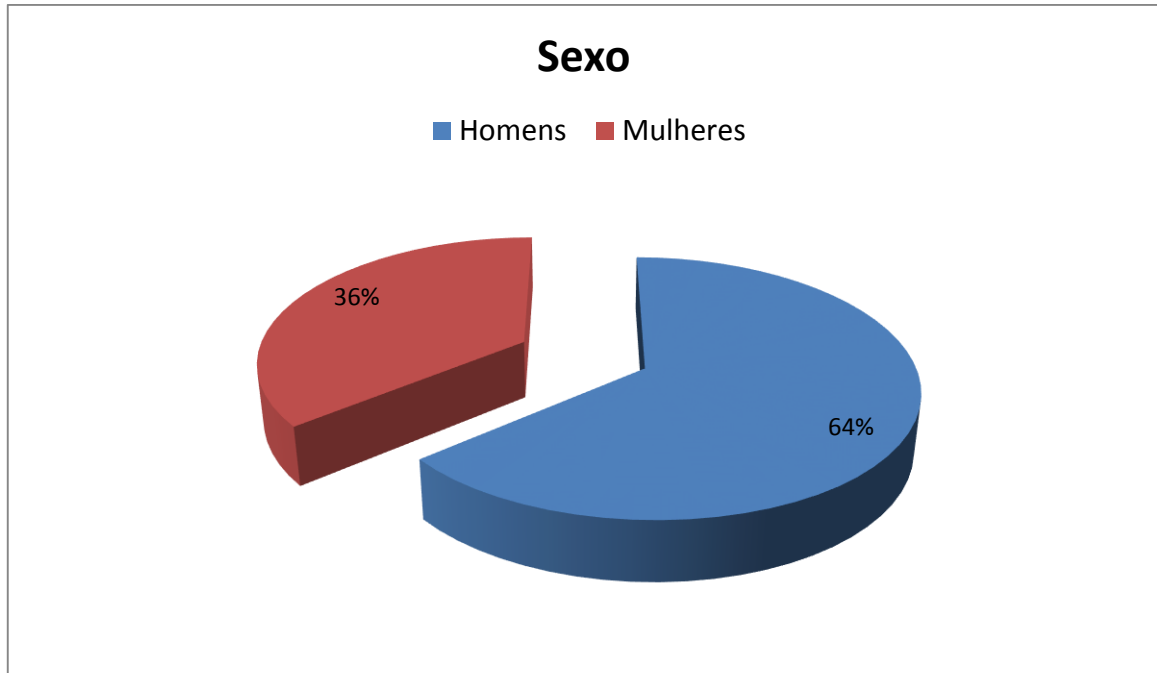


Gráfico 2: Sexo dos beneficiários entrevistados do PRONATEC/SENAI ano 2012

Fonte: Dados obtidos através das respostas a pergunta nº 1.3 do apêndice III.

No Gráfico 2 percebe-se a significativa predominância do sexo masculino abrangendo 64% dos entrevistados. No entanto, os 36% destinados ao sexo feminino refletem a busca por qualificação, por parte das mulheres, em áreas, que geralmente eram ocupadas somente pelo sexo masculino.

⁸Dados extraídos de pesquisa divulgada no site: <<http://oglobo.globo.com/economia/oit-alerta-para-aumento-do-desemprego-entre-jovens-no-mundo-8324147>> Acesso: 16/09/2013.

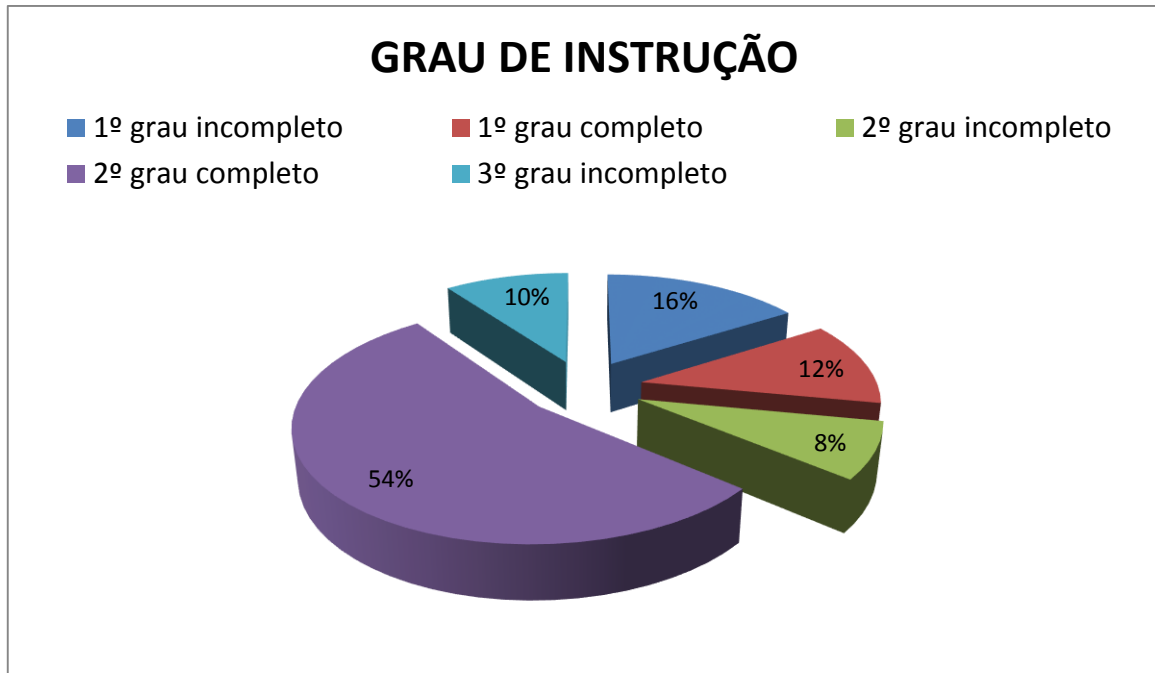


Gráfico 3: Grau de instrução dos entrevistados do PRONATEC/SENAI ano 2012

Fonte: Dados obtidos através das respostas a pergunta nº 1.4 do apêndice III.

Conforme visualizado no Gráfico 3, o nível de escolaridade dos entrevistados pode ser considerado alto, pois 54% possuem segundo grau completo, sendo que no país, a média de anos de estudos é de 8,7 anos para as mulheres e 7,7 anos para os homens (DIEESE, 2011). Assim, 28% dos entrevistados possuem escolaridade abaixo da média nacional.

É importante salientar que os cursos ofertados no âmbito do PROTENAC/BSM, especificados no Guia PROTENAC de Cursos de Formação Inicial e Continuada, devem ser adequados a pessoas com baixa escolaridade. Outro aspecto importante é atentar que a escolaridade é informada pelo beneficiário (autodeclarada), não podendo a instituição ofertante exigir comprovante de escolaridade, o que implica considerar estes resultados com certa relatividade, embora não haja nenhuma restrição objetiva da instituição sobre esta informação.

Destaca-se também, a participação de pessoas cursando o nível superior, na faixa de 10%. Com este dado pode-se concluir que, talvez os cursos de nível superior por eles frequentados não apresentam qualidade para inserção no mercado de trabalho, ou estejam com o mercado saturado na região; ou, ainda, que o desemprego afeta, também, trabalhadores cujo grau de escolaridade é elevado, levando-os a recorrer aos programas de qualificação profissional vinculados, ou não, a sua área de formação.

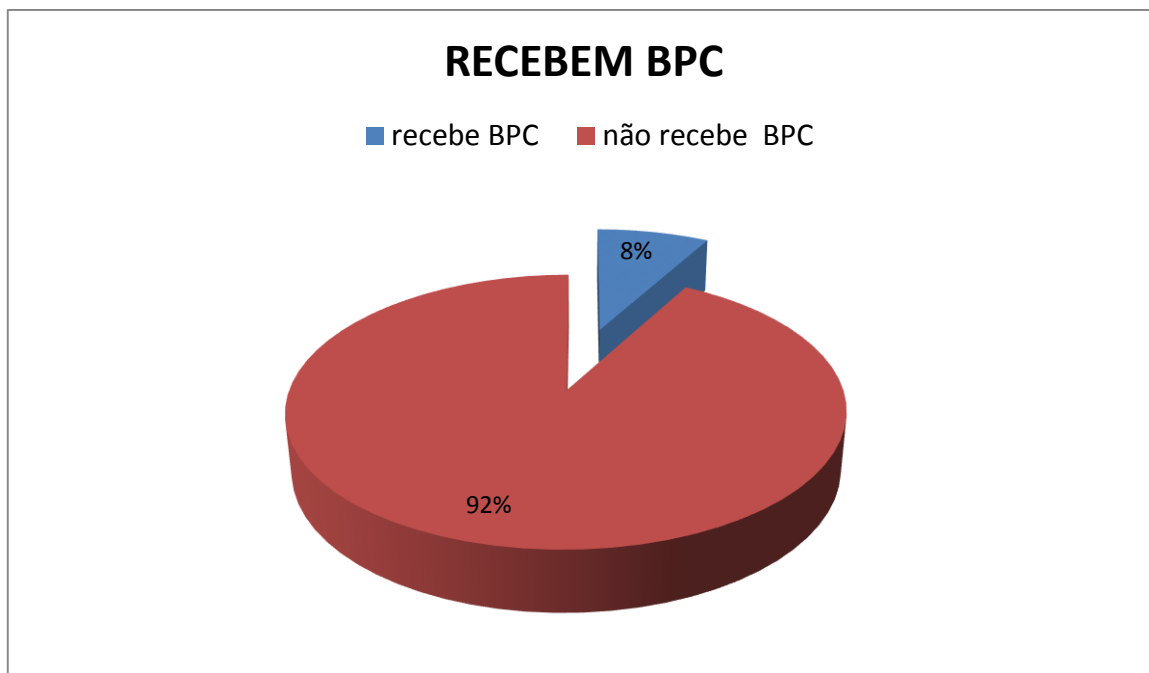


Gráfico 4: Usuários de programas de transferência de renda entrevistados do PRONATEC/SENAI ano 2012.

Fonte: Dados obtidos através das respostas a pergunta nº 1.6 do apêndice III.

O Gráfico 4 demonstra, que conforme declarado, apenas 8% dos entrevistados recebe benefício do governo. Para ser beneficiário do programa é necessário estar inscrito do Cadastro Único, o que significa famílias com renda familiar mensal per capita (por pessoa) de até R\$ 70, ou famílias com renda familiar mensal total de até três salários mínimos. A prioridade do programa é a qualificação dos beneficiários de programas federais de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC)⁹.

⁹ Um benefício individual, não vitalício e intransferível, que assegura a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais/bpc>> Acesso: 01.10.2013

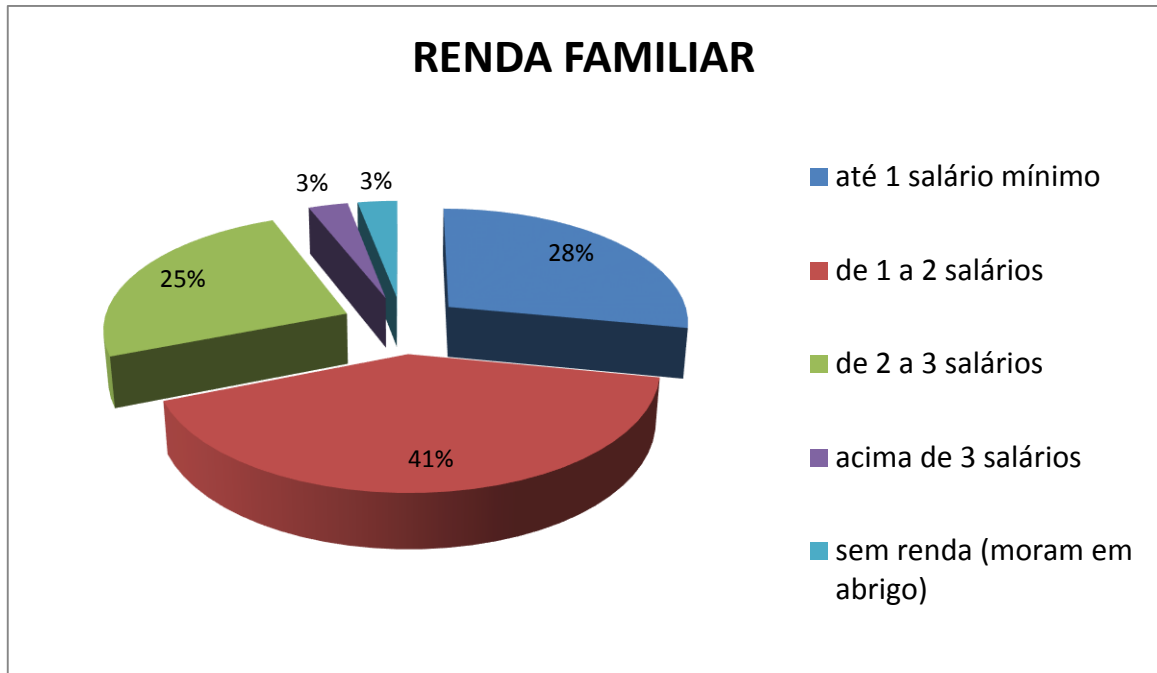


Gráfico 5: Renda familiar dos entrevistados do PRONATEC/SENAI ano 2012.

Fonte: Dados obtidos através das respostas a pergunta nº 1.8 do apêndice III.

No Gráfico 5, é possível visualizar que a maioria das famílias dos entrevistados possuem renda média familiar entre um e dois salários mínimos. Novamente, percebe-se um desvio da prioridade do programa, considerando que ele é dirigido para famílias em situação de extrema pobreza, com renda familiar per capita de até R\$ 70,00 o equivalente, neste caso, a apenas 3% do total, o qual, contraditoriamente, equivale ao mesmo percentual de famílias participantes com percentual de renda mais alto, isto é, há 3% de famílias com renda superior a 3 salários mínimos.

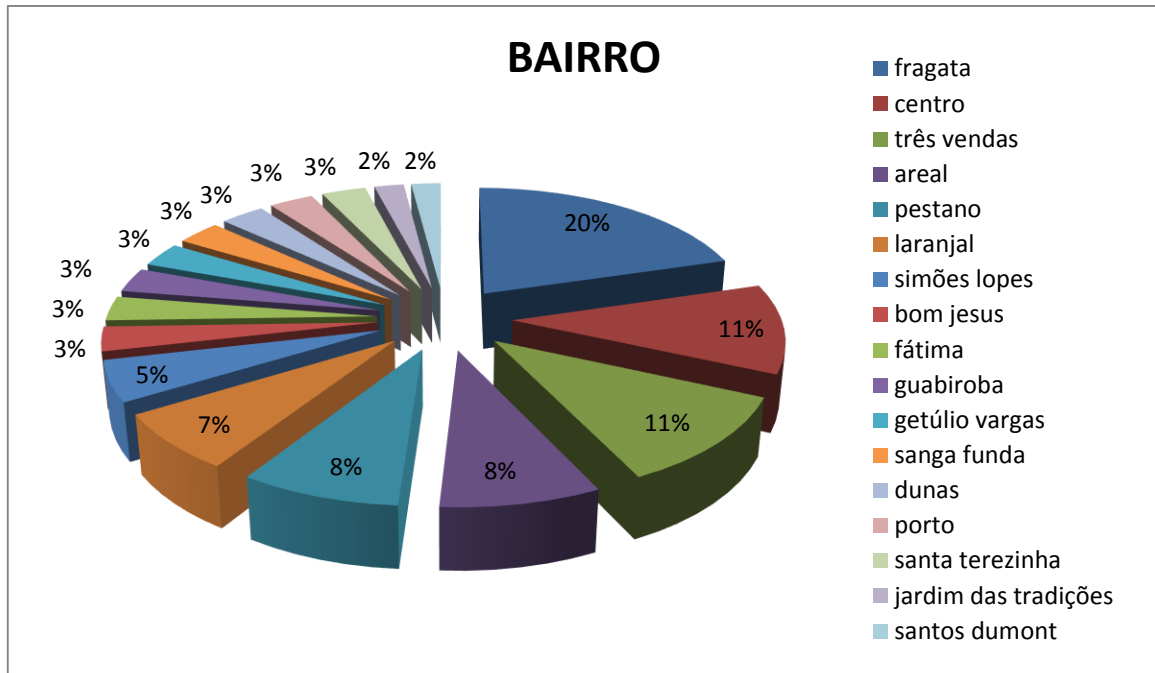


Gráfico 6: Bairro dos entrevistados do PRONATEC/SENAI ano 2012

Fonte: Dados obtidos através das respostas a pergunta nº 1.7 do apêndice III.

No Gráfico 6, quanto ao local de moradia, foi constatado que o programa atende, prioritariamente os ex-alunos moradores nos bairros da periferia de Pelotas, sendo a maioria residente no bairro Fragata, o que pode ser justificado por ser este o mais populoso da cidade de Pelotas. Somando-se os percentuais dos bairros, este apresenta um total de 89% em relação ao centro da cidade.

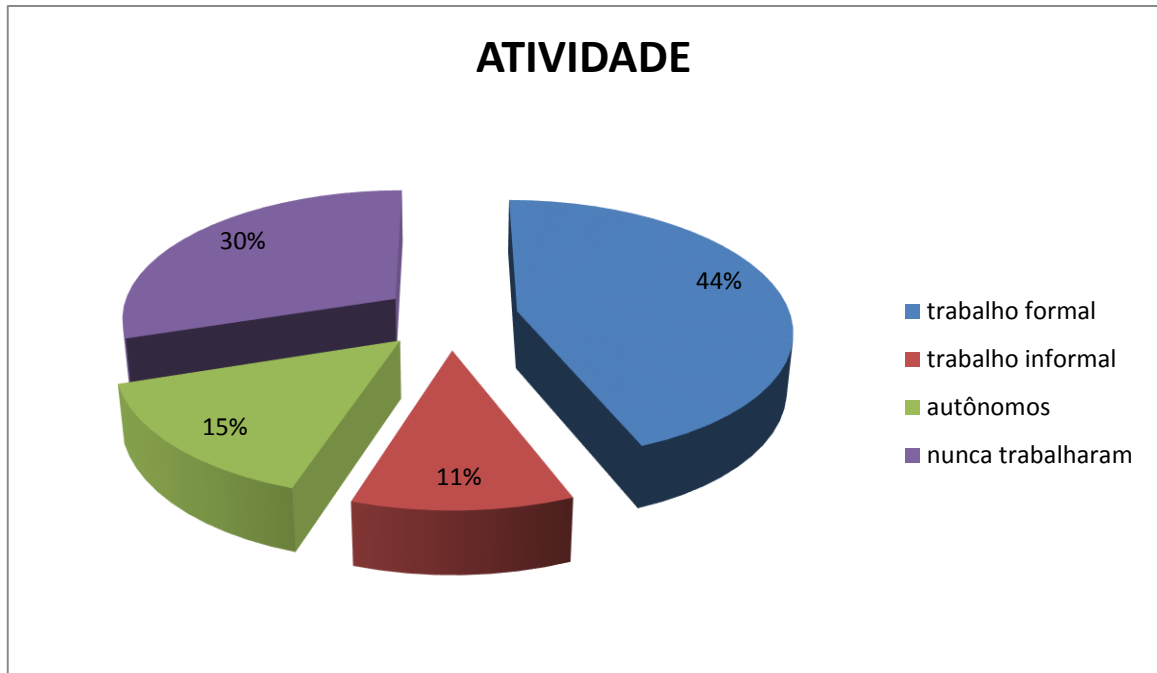


Gráfico 7: Atividade anterior ao curso dos entrevistados do PRONATEC/SENAI-Pelotas
 Fonte: Dados obtidos através das respostas, à pergunta nº 1 do apêndice III.

O Gráfico 7 expõe a atividade dos beneficiários do programa, em relação ao mercado de trabalho, antes de ingressarem no curso profissionalizante. Para melhor visualização foi efetuada operação matemática calculando-se o percentual, onde é possível perceber que dos 61 entrevistados, 27 (44%) declararam já terem trabalhado, em emprego formal, com direito às leis trabalhistas. Outros 9 (15%) entrevistados declararam trabalhar como autônomos, mas não contribuem com o sistema previdenciário, 7 (11%) declararam trabalhar em obras, casa de família e lugares diversos, na informalidade; e outros 18 (30%) entrevistados declararam nunca ter trabalhado antes do curso, e afirmaram estar buscando qualificação para assim poderem se inserir no mercado de trabalho.

Na mesma pergunta, foi questionado em relação à atividade atual dos entrevistados, o que é demonstrado no Gráfico 8.

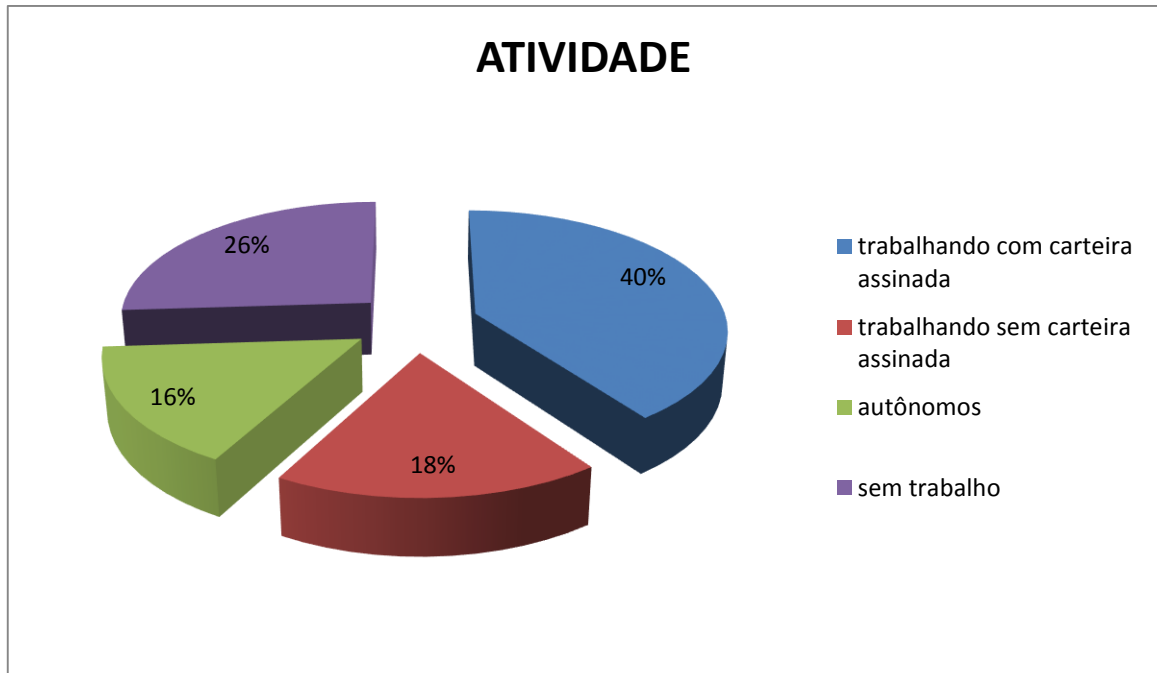


Gráfico 8: Atividade atual dos entrevistados do PRONATEC/SENAI ano 2012.

Fonte: Dados obtidos através das respostas, à pergunta nº 1 do apêndice III.

No Gráfico 8, constata-se que dos 61 entrevistados, após mais ou menos 4(quatro) meses de conclusão do curso, 24 (40%) dos entrevistados declararam estar trabalhando com carteira assinada. Sendo que em segundo lugar 16(26%), está um contingente de desempregados, havendo, ainda, pessoas que se declararam inseridas no mercado informal 11 (18%) e outras 10 (16%) que se apresentaram como autônomas, embora não possuam registro, isto é, não contribuam para a Previdência Social, estando desprotegidas de qualquer benefício das leis trabalhistas do país.

Ao comparar os dados dos dois Gráficos 7 e 8, os números relativos ao período anterior do curso de qualificação e meses após a conclusão do mesmo, é possível perceber a desestruturação do mercado de trabalho. Pois, ao mesmo tempo, que se visualizou uma tendência para a qualificação para o mercado de trabalho, percebeu-se que o número de trabalhadores com carteira assinada diminuiu. Diante disto, pode-se deduzir que as políticas de qualificação profissional não são suficientes para a inserção de trabalhadores no mercado formal, e/ou que os Cursos ofertados pelo PRONATEC/SENAI Pelotas não estão respondendo às necessidades locais do mercado.

Após esta caracterização, passar-se-á para a análise dos demais dados obtidos nas entrevistas com os ex-alunos.

3.3.2 O PRONATEC-SENAI/Pelotas na opinião dos ex-alunos

Esta análise busca, a partir de uma contextualização, descobrir nas falas dos ex-alunos do PRONATEC-SENAI/Pelotas, qual o significado atribuído à política de qualificação profissional.

Para a elaboração dos Quadros, as respostas que apresentavam mais de um motivo foram desmembradas, já que interessa descobrir todos, e ao mesmo tempo, verificar os principais motivos que conduzem a busca dos Cursos. Assim, a porcentagem referente a cada resposta, em relação ao total de entrevistados serve para localizar os principais motivos que conduzem à participação nos cursos. O mesmo procedimento foi usado nas demais questões abertas que serão apresentadas nos quadros a seguir:

Quadro 5: Concepção dos entrevistados sobre o ingresso nos cursos do PRONATEC.

Motivos para ingresso no curso	Absoluto	%
1. Aprendizagem profissional	22	36
1.1 Para aperfeiçoamento	12	19,7
1.2 Para qualificação	10	16,3
2. Emprego	14	23
3. Desejo de obter emprego no Polo Naval de Rio Grande	14	22
4. Oportunidade de mudança	10	16
4.1 Trabalhar por conta própria	6	9,8
4.2 Melhorar no emprego	4	6,6
5. Benefício Pessoal	10	16
5.1 Fazer obra em casa	6	9,8
5.2 Melhorar o serviço da oficina	3	4,9
5.3 Melhorar o lanche do bar	1	1,6
6. Gratuidade	3	5

Fonte: Dados obtidos através da sistematização dos dados da pesquisa. Pergunta nº 4.

Considerando as respostas obtidas pode se afirmar que os motivos que conduzem à participação no Programa são diversificados, entretanto a maioria tem interesse em aprendizagem, qualificação e aperfeiçoamento, conforme podem evidenciar os relatos ilustrativos a seguir:

Para me especializar, é uma forma de se especializar em alguma coisa né, porque na verdade a gente procura fazer de tudo um pouco, a gente não tem qualificação né, resolvi fazer, né. (ENTREVISTA nº 21)

É para especializar, melhorar um pouco em relação ao salário, também essa profissão é a base né, é a base do mestre de obra (...) e eu me interessei e fiz (ENTREVISTA nº 42)

Para me qualificar melhor na área, já fazia serviço de fresa, mas a gente precisa se qualificar melhor (ENTREVISTA nº 48)

Gosto da área de alimentação, eu tenho um bar dentro da escola, aí eu queria aprender alguma coisa de padeiro e confeitiro pra fazer os lanches, oferecer lanches diferenciados para as crianças. Tem coisas que eu não sabia fazer e aprendi (ENTREVISTA nº 2)

As manifestações dos entrevistados, além de evidenciarem o interesse de uma melhor qualificação para o mercado de trabalho, indicam que o curso é percebido como um movimento de aprendizado, evidenciando o prazer pelo conhecimento.

O segundo motivo apontado afirma a busca de qualificação para se inserirem no mercado de trabalho, percebe-se nas entrelinhas, nas falas citadas a seguir, a dificuldade na busca pelo emprego, diferentemente do primeiro grupo que busca se aperfeiçoar no seu ramo de atividade. Enquanto, os desempregados buscam no curso uma nova oportunidade de inserção no mercado de trabalho.

Para conhecer novas áreas, novas profissões, novos setores, só falta o emprego, né? (Entrevista nº 22)

Bom, na época, que eu fiz (...) eu tava desempregada. Aí procurei algum curso, alguma coisa para fazer e onde tinha vaga, na época, era nesse. Eu queria mesmo era cabelereiro, só que não tinha. Já tava preenchido. Aí, acabei fazendo esse (Entrevista nº 28)

Porque eu tava desempregado. Precisava fazer alguma coisa, porque eu tava parado né, pra vê se conseguia um emprego melhor (Entrevista nº 17)

Pra vê se consigo uma nova profissão, não tô conseguindo nada na minha área. Muitos anos eu trabalhei como enfermeira (Entrevista nº 32)

Outro motivo pelo qual os entrevistados procuraram os cursos, embora também associado à busca de emprego, tem como objetivo imediato o desejo de trabalhar no polo naval de Rio Grande:

Eu decidi fazê né, pela demanda de trabalho no pólo naval, (...) eu tô em busca de algo melhor, né. (Entrevista nº 35)

É possível, através dos relatos, constatar a importância do trabalho na vida do ser humano. Ele vai além das necessidades do capital, pois envolve também as necessidades humanas individuais. Para Antunes (2011, p. 23), foram tão intensas as modificações no mundo do trabalho, que se pode afirmar que a “*classe-que-vive-*

do-trabalho” foi atingida não só na sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua *subjetividade*, afetando a sua *forma de ser*.

Essas modificações no mundo do trabalho podem ser observadas nas falas, que revelam trabalhadores precarizados, sem qualificação, que hoje participam de empregos temporários, parciais, ou, que estão sem qualquer tipo de trabalho remunerado, vivenciando o desemprego estrutural e que têm interesse em melhorar e se esforçam para conseguirem melhores condições de trabalho.

Outras respostas indicam a busca de benefício pessoal.

Para aprender mais. Eu já contratei várias pessoas pra fazerem serviços na minha casa e fizeram muita coisa errada. Aí eu resolvi fazer esse curso pra eu mesma fazê as coisa na minha casa. E, também agora eu sei o que fazem de errado quando eu precisar fazer um serviço desses (Entrevista nº22)

Eu decidi pra fazer obra em casa. (Entrevista nº 7)

Analisando o segundo depoimento, que foi emitido, também, por outros entrevistados, como fator principal de busca pela qualificação profissional, para além da aparência, pode se apontar que a falta de condições financeiras para contratar pessoal especializado para executar determinado serviço. Ora, isto implica que o trabalhador, além de despender energia para obter remuneração, necessite também empreender esforço físico para economizar. Assim, além de obrigar alguns trabalhadores a despenderem energia dobrada, devido à insuficiência de salário recebido, o sistema atual diminui a oferta de trabalho para outros, com a realização de trabalho não remunerado.

Ainda, foi apontada como motivo a oportunidade de mudança de vida, que o curso pode trazer.

Queria trocar de profissão, pois eu trabalho final de semana, mas não cheguei a procurar nada não. (Entrevista nº 11)

Queria ver se conseguia ter afinidade com alguma profissão. Eu trabalho há 22 anos no setor administrativo, eu queria fazer alguma coisa diferente, eu gosto do trabalho braçal. (Entrevista nº 14)

(...) porque amanhã ou depois eu vou ficar velho, não tenho mais condições de trabalhar na minha área e eu tenho que ter um leque pra poder procurá alguma coisa. (Entrevista nº 26)

(...) meu sonho era fazer engenharia elétrica, aí fui deixando, fui deixando, aí surgiu o PRONATEC em eletricidade e queria ficar independente, trabalhar por conta própria, eu trabalhava numa empresa. (Entrevista nº 50)

Estas respostas demonstram a realidade perversa que cerca o trabalhador, pois ainda que o indivíduo esteja inserido no mercado de trabalho ele sente-se inseguro com relação ao futuro.

Ciavatta (2010, p. 77) faz o seguinte questionamento: “Como sobreviver dignamente na sociedade do capital e do livre mercado onde o ser humano é também uma mercadoria? Que valores podem ser conservados frente à escassez de emprego?”.

Outro motivo apontado pelos entrevistados foi o fato de os cursos serem gratuitos.

Porque eles ofereciam vale refeição e vale transporte, eu tinha vontade de fazer vários cursos, mas não tinha dinheiro, então é bom. (Entrevista nº 4)
Por ser gratuito e oferecerem vale. (Entrevista nº 55)

Sendo assim, os motivos variaram de acordo com os valores e expectativas de cada pessoa. Porém, pode se observar que nos depoimentos aparece uma preocupação principal: a busca por melhores condições de trabalho.

Quadro 6: Opinião dos entrevistados sobre o Curso em relação à qualificação para o ingresso no mercado de trabalho.

Qualificação para o ingresso no mercado de trabalho	Absoluto	%
1. Consideram o curso básico	29	47,5
1.1 Necessita complementação	24	39,3
1.2 Necessita de maior carga horária	5	8,2
2. Consideram o curso completo	26	42,6
2.1 Por se sentirem qualificados	23	37,7
2.1 Por terem conseguido emprego	2	3,27
2.2 Por estar trabalhando por conta própria	1	1,63
3. Falta mercado de trabalho	4	5

Fonte: Dados obtidos após a sistematização dos dados da pesquisa. Pergunta nº 6.

Ao serem questionados se os mesmos sentiam-se qualificados para ingressarem no mercado de trabalho, além das respostas acima, destaca-se que mais da metade dos entrevistados, trinta e três pessoas (54%) não responderam a esta questão com segurança, o que pode ser um indicativo de que não se sentem qualificados e por isso hesitaram ao responder.

Outras respostas evidenciaram que os entrevistados precisariam seguir estudando, sendo necessária uma complementação dos cursos, pois consideram os cursos básicos.

Então, eu acho interessante, de repente assim, eu fazê de novo assim, eu tive a base, vi, conheci a prática ali, oficina, mas eu gostaria de continuar, assim, fazendo outros até pra me aperfeiçoar, que é um melhor conhecimento, que tipo assim né, é rápido né, assim. (ENTREVISTA nº 21)
Com certeza não, o curso é só uma base. (ENTREVISTA nº 29)

No entanto, ao mesmo tempo em que o curso aparece como meio para conquistar uma melhor posição no mercado de trabalho aparece nos relatos dos entrevistados a dificuldade de emprego.

Levei meu currículo, mas ninguém teve interesse, de te dar oportunidade de trabalhar, porque uma coisa é o governo te oferece, te dá curso, te oferece o curso de graça, mas as pessoa não tão abertas, pra ti abrir as portas pra ti trabalhar, sabe porque? Mas báh, se eu to me oferecendo é porque eu tenho condições de trabalhá, eu não queria fazer alguma coisa que não tivesse ao meu alcance, que eu não poderia fazer, sabe, eu vejo isso, que as pessoas aqui em Pelotas ainda tem essa dificuldade. (ENTREVISTA nº 55)

Neste comentário, é claro o relato do entrevistado quando enfatiza a ideia de que é necessário haver ações voltadas para o mercado de trabalho, o entrevistado chega a questionar a atitude do governo quanto à oferta dos cursos. Mostra uma visão bem mais abrangente. Além dos cursos, é necessário que se ampliem as oportunidades no mercado de trabalho.

Quadro 7: Concepção dos entrevistados quanto aos benefícios obtidos com o curso.

Benefícios obtidos com o curso	Absoluto	%
1 Aprendizado	37	61
2 Ascensão profissional	10	16,4
2.1 Oportunidade de trabalhar sozinho	6	9,8
2.2 Promoção no trabalho	4	6,6
3 Convivência social	10	16,4
3.1 Conhecer pessoas diferentes	9	14,7
3.2 Aprender a conviver	1	1,6
4 Emprego	3	4,9
4.1 Estar trabalhando	2	3,3
4.2 Trabalhar por conta própria	1	1,6
5 Nenhum benefício	3	4,9
5.1 Por não estar trabalhando	2	3,3
5.2 Achar o curso fraco	1	1,6

Fonte: Dados obtidos após a sistematização dos dados da pesquisa. Pergunta nº 5.

Nesta pergunta os entrevistados apontam como fator principal o aprendizado adquirido com o curso, conforme pode ser observado nos relatos ilustrativos a seguir:

Sim, trouxe, primeiro porque aprendi coisas que não tinha nem noção, segundo porque perdi o medo de usar as máquina e instrumentos do curso e terceiro pelo aprendizado né... e outra eu gostei do que o curso te oferece, só não tive oportunidade de trabalho. (ENTREVISTA nº 15)

Trouxe, ah eu aprendi a fazê muita coisa assim que na faculdade, que os professores ensinaram na prática. Eu acho que vai ajudá bastante quando me formá, muito bom. (ENTREVISTA nº 33)

Outros entrevistados chamam a atenção para a oportunidade de ascensão profissional:

Sim, com certeza, bastante informação, muita coisa eu não sabia e me deu oportunidade de trabalhar sozinho, deixar de ser empregado. (ENTREVISTA nº 50)

No entanto, na percepção de outro entrevistado, a qualificação não depende apenas dele. É preciso que a empresa reconheça esta qualificação sob a forma de um registro profissional na carteira de trabalho (alteração de função).

Os cursos ajudam, mas as pessoas (empresa) não valorizam no caso. Tu é servente, continua servente. O curso, depende da firma valorizar ou não, da empresa dá oportunidade (ENTREVISTA nº 53)

Além da qualificação, os entrevistados veem outros fatores importantes como a convivência social (especialmente a de relacionamento com funcionários e pares).

Trouxe sim, há...vários, eu tinha uma mania de ser anti-social, não gostava de tá na rua, e lá eu aprendi a conviver, e até mesmo dá exemplo pro meu filho de 14 anos. (ENTREVISTA nº 4)
Ah, a amizade que eu fiz também, to trabalhando com um amigo de lá, foi bom, amizade, amizade e conhecimento (ENTREVISTA nº 41)

Estas respostas assinalam para a satisfação com o curso por ter possibilitado à inserção no mercado de trabalho:

Com certeza, fui lá, deixei currículo e em seguida já me chamaram (Rio Grande) (ENTREVISTA nº 44)
Sim, agora posso dizê que tenho uma profissão garantida e o meu emprego que tenho agora que faz seis meses que eu to trabalhando, uma estabilidade né, uma segurança na área profissional também. (ENTREVISTA nº 56)

Pelos relatos é possível perceber a importância do trabalho na vida do ser humano, este vai além da subsistência, é um meio de satisfazer sentimentos de valorização, de autoestima. Nas palavras de Marx, “é atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, (...) é condição natural eterna da vida humana” (Marx, 1989, p. 208).

Percebe-se nas falas a seguir um descontentamento com os cursos, pelo fato de não terem atingido o objetivo esperado. As pessoas vão em busca de qualificação para se inserirem no mercado de trabalho, não conseguindo consideram que foi inútil.

Não, achei o curso fraco (ENTREVISTA nº 12)
Não, acho que não, não posso dizer que é ruim o curso, mas...(ENTREVISTA nº 34)
Risos, por enquanto não trouxe nenhum.(ENTREVISTA nº 37)

No próximo depoimento, após a pesquisadora desligar o gravador, o entrevistado fez o seguinte desabafo:

Me decepcionei com o SENAI porque eles prometeram que iriam indicá ao mercado de trabalho e não fizeram isso, já deixei vários currículos e nada aconteceu.(ENTREVISTA nº37)

Percebe-se neste relato a angústia do entrevistado, pois ao mesmo tempo em que declara estar satisfeito com o curso, mostra o seu descontentamento pelo

fato de não estar trabalhando, transferindo para a instituição responsável em ministrar os cursos a responsabilidade pela sua não inserção no mercado de trabalho. A sua fala demonstra que fez o curso, porque teve uma informação errada sobre o compromisso em garantir emprego para quem o fizesse.

Observamos na pergunta a importância dada ao programa, por este estar oportunizando um novo aprendizado, o convívio social, de crescerem profissionalmente e principalmente quando o curso proporciona aos seus beneficiários à inserção no mercado de trabalho.

Quadro 8: Concepção dos entrevistados quanto à qualificação para abertura de negócio próprio.

Qualificação para abertura de negócio próprio	Absoluto	%
1. Não se sentem qualificados	21	34,5
1.1 Necessitam de maior aprendizagem	19	31,1
1.2. Maior carga horária	5	8,1
2. Sentem-se qualificados mas com ressalvas	18	29,5
2.1. Falta dinheiro para investimento	16	26,2
2.2. Incentivo do governo	2	3,3
3. Preferência por emprego	15	24
4. Sentem-se qualificados	6	9,8

Fonte: Dados obtidos após a sistematização dos dados da pesquisa. Pergunta nº 9.

O relato dos entrevistados indica que a qualificação do programa para abertura de negócio próprio só seria possível se tivessem uma complementação na aprendizagem.

Ah, eu acho que não assim, de início não, tenho que aprofundar mais, estudar mais. (ENTREVISTA nº 9)

Observamos nas entrevistas, a insegurança de abertura de negócio próprio, referindo-se à liberdade de serem “donos” de seu próprio negócio, colocam a questão da carga horária reduzida dos cursos, sentem a necessidade de um tempo maior de aprendizado.

Olha, a princípio assim não, muito pouco tempo assim, tem mais coisa pra mim aprende ainda, eu gostaria de aprender mais. (ENTREVISTA nº 22)

Os relatos foram além do fato dos cursos serem de pouca duração, pois os que se sentem qualificados abordam a necessidade de não terem acesso à financiamento:

Com certeza, só dependeria, eu penso assim o que eu acho que o governo poderia fazer com nós, a gente que fez o curso, dá uma chance da gente poder ter o seu próprio negócio, (...)só que a gente não tem essa chance né, a gente tem o curso bom, mas não tem isso. (ENTREVISTA nº 55)

E por outro lado, os que se sentem qualificados são aquelas pessoas que já trabalhavam na área, já possuíam experiência prática.

Totalmente, na parte elétrica sim. (ENTREVISTA nº 1)
Até que sim, porque eu já to no meio dessa função de hidráulica predial, faço qualquer coisa, do gênero, assim, então já to pensando nisso, abrir um negócio meu (ENTREVISTA nº 50)

Outros declaram ter ido buscar qualificação pela necessidade de emprego:

Queria trabalhar... (ENTREVISTA nº 11)
Nunca pensei, queria trabalhar mesmo. (ENTREVISTA nº 14)
Meu foco era Rio Grande (ENTREVISTA nº 40)

As políticas públicas de emprego e renda voltadas para o apoio e incentivo aos pequenos empreendimentos econômicos, fazem parte do cenário brasileiro como alternativa real para os trabalhadores, face à ausência de perspectivas de inserção no mercado de trabalho. Para Alencar (2010, p. 120), dissemina a ideia de que o trabalhador é o responsável pela sua inserção produtiva.

Quadro 9: Motivo de desistência do curso

Motivo para desistência do curso	Absoluto	%
1. Motivo pessoal	10	16,3
1.1 Problemas particulares	6	9,8
1.2 Pela localização	4	6,5
2. Nível do curso	4	6,6
2.2 Curso difícil	3	4,9
2.3 Tinha pessoas diferenciadas	1	1,63

Fonte: Dados obtidos após a sistematização dos dados da pesquisa. Pergunta nº 4.

Com a finalidade de entender os problemas de evasão dos cursos, os entrevistados evadidos foram questionados sobre os motivos pelos quais não concluíram os cursos.

Alguns entrevistados alegam que motivos pessoais os levaram à desistência do curso:

Não terminei, era muito longe, chegava quase perto da meia-noite em casa. (ENTREVISTA nº 8)
 Não, pois não consegui terminar, faltou dez dias por problema de saúde... (ENTREVISTA nº 38)
 (...) porque era muito cedo e eu era muito preguiçoso, não queria levantar cedo. (ENTREVISTA nº 10)

Nas respostas, um dos motivos foi a falta de capacidade para acompanhar o nível do curso:

Báh, pegava na escolaridade (risos). (ENTREVISTA nº 26)

(...) tinha gente diferente lá, que já tinha experiência. (ENTREVISTA nº 13)

Nos relatos citados, percebe-se que nenhum dos entrevistados se colocou contra o programa, ao contrário, assumiram a culpa por não concluírem o curso. Nota-se, também, que os evadidos são aquelas pessoas com menor nível de escolaridade e menor renda familiar. O fato de os que não concluíram terem assumido a culpa da evasão pode ser associado à ideologia do sistema capitalista, que culpabiliza as pessoas pelo fracasso, desconhecendo as determinações sociais e históricas.

É importante salientar que os ex-alunos entrevistados foram questionados quanto à capacitação dos professores que ministraram os cursos (Pergunta 7, Apêndice III), e as respostas foram unânimes quanto à excelência dos profissionais.

Quadro 10: Concepção dos entrevistados quanto à oferta do programa para presidiários e soldados.

Quanto à ampliação do programa	Absoluto	%
1. Por merecerem nova oportunidade	30	48,8
1.1 Para se inserirem na sociedade	23	38,4
1.2 Por ser direito do cidadão	7	10,4
2. Não concordam	31	50
2.1 Pelo número de vagas	23	37,7
2.2 Pelo mercado de trabalho	8	13,1

Fonte: Dados obtidos após a sistematização dos dados da pesquisa. Pergunta nº 8.

Cabe salientar que a pesquisadora antes de questionar se os entrevistados concordavam com a ampliação do programa, explicava que o governo brasileiro estava implementando os cursos do PRONATEC para capacitar presidiários e soldados.

Na interpretação dos entrevistados que demonstram ser favoráveis à ampliação, mostra-se que reconhecem a qualificação como oportunidade de mudança e direito do cidadão:

Todos têm direito de aprender né, independente da situação. (ENTREVISTA nº20)
Concordo sim, principalmente pra aumentar a expectativa de vida deles, pra qualificar o pessoal lá dentro (ENTREVISTA nº 6)

As entrevistas demonstram que 48,8% dos entrevistados são favoráveis à ampliação do programa (principalmente para os presidiários) pela oportunidade de se (re)inserirem na sociedade no momento que forem libertados e por reconhecerem como um direito de cidadania. Enquanto 50% discordam da ampliação pelo fato do número limitado de vagas e pela escassez do mercado de trabalho.

É possível perceber nos relatos dos ex-alunos entrevistados à busca por uma colocação no mercado de trabalho, seja por melhores salários, melhores condições de trabalho, estabilidade, leis trabalhistas.

Porém, na fase de análise dos resultados a pesquisadora deparou-se com a seguinte notícia do jornal Zero Hora:

Ao mesmo tempo que comemora a conclusão de mais uma plataforma, cujo batismo deverá contar com a presença da presidente Dilma Rousseff, Rio Grande se prepara para atravessar um intervalo entre projetos no pólonaval. Até dezembro, conforme o secretário estadual do Trabalho, Luiz Augusto Lara, cerca de 11 mil pessoas serão desmobilizadas – algumas demitidas, outras transferidas para trabalhar em outros projetos. Para evitar que o intervalo de construções cause problemas sociais, o comitê criado pela Petrobras e pelo governo do Estado dividirá os trabalhadores dispensados em dois grupos. Os especialistas da indústria naval serão oferecidos a empresas do setor em outros Estados, como Rio de Janeiro, Espírito Santo e Pernambuco. Os que tiverem conhecimento em outras áreas poderão ser alocados em obras do estado.¹⁰

Para Antunes, “desde o mundo antigo e a sua filosofia, o trabalho vem sendo compreendido como expressão de vida e degradação, criação e infelicidade, atividade vital e escravidão, felicidade social e servidão” (2005, p. 11). Portanto, quando regulado somente pela oferta de mercado, fica mais sujeito as contradições citadas por Antunes (2005), pois nem sempre corresponderá a livre escolha do trabalhador comprometendo seu potencial de atividade criadora e gratificante.

¹⁰ Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/economia/noticia/2013/08/polo-naval-avalia-como-lidar-com-flutuacao-de-vagas-4248052.html>> Acesso em 27/08/2013.

Além disso, o trabalho é um direito social assegurado pela Constituição Brasileira.

Nesse eixo de reflexão, aumentam as apreensões quanto ao futuro desses trabalhadores, percebe-se que, em uma sociedade subordinada aos imperativos do capital, o trabalhador torna-se uma peça cada vez mais supérflua dentro da engrenagem da grande indústria. Para Marx (1988, p.733):

(...) a verdade é que a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção da sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente.

Esta população supérflua, excedente, no momento atual, segue à mercê de um mercado de trabalho oscilante, exercendo trabalhos parciais, precários, temporários, ou vivenciando o desemprego.

3.3.3 O PRONATEC-SENAI/Pelotas na opinião dos Instrutores

Esta análise busca averiguar nos relatos ilustrativos dos instrutores do Programa, qual a opinião deles sobre a Política de Qualificação Profissional para o mercado de trabalho.

Quadro 11: Concepção dos instrutores entrevistados sobre o PRONATEC.

Concepções sobre o PRONATEC	Absoluto	%
1. Concessão do governo para pessoas necessitadas	6	60
2. Qualificação para o mercado de trabalho	4	40

Fonte: Dados obtidos após a sistematização dos dados da pesquisa. Pergunta nº 1.

As respostas foram divididas em dois grupos, o primeiro assinalou para a concepção de benefício que está sendo ofertado pelo governo àquelas pessoas que não tiveram a oportunidade de estudar.

(...) é um programa pras pessoas que não tão trabalhando, não tem condições, e aí o governo tá dando essa chance de fazêum curso, com uma certa remuneração, tem uma ajuda. (ENTREVISTA nº 7)

(...) o governo tá dando tudo pra pessoa estudá, só não estuda quem não quer, desde vale transporte, alimentação, sem contá com o valor dos curso, tem curso bem caro que o governo tá financiando. (ENTREVISTA nº6)

Pelos relatos é possível perceber que a política social é analisada pelos entrevistados, não como um direito social, mas como uma concessão ofertada pelo governo. Esta ideia está embasada na ideologia do sistema capitalista, estando associada a um processo histórico e cultural ainda enraizado na sociedade, no qual é entendido que o sistema oferece condições para o desenvolvimento individual, sendo mérito de cada um potencializar as suas capacidades supostamente naturais com as oportunidades recebidas. Assim, as pessoas entendem que o governo está oferecendo mais uma oportunidade para quem não conseguiu aproveitar o aprendizado na época adequada.

Outro grupo apontou para a qualificação para o mercado de trabalho:

É um programa do governo que veio pra tentar inserir ao máximo possível de gente no mercado de trabalho, como uma medida corretiva de anos sem essa, sem, esse ensino profissional focado, né. (ENTREVISTA nº5)

É um programa do governo que possibilita qualificação pra que eles saiam, já aptos pra ingressar no mercado de trabalho, com essa qualificação, podendo começar uma profissão nova e fazer até mais de um curso pra escolher. (ENTREVISTA nº 7)

Nos relatos, observa-se que os entrevistados entendem o programa como um elemento para a qualificação e inserção no mercado de trabalho.

Quadro 12: Concepção dos instrutores entrevistados sobre o programa propiciar qualificação para o mercado de trabalho.

Programa qualifica para o mercado de trabalho	Absoluto	%
1.Qualifica, mas depende do aluno	6	60
2.Qualifica	4	40
3.Necessita ser revisado	2	20

Fonte: Dados obtidos após a sistematização dos dados da pesquisa. Pergunta 3.

Mais uma vez, o relato dos entrevistados, indica que a responsabilidade da inserção no mercado de trabalho depende do aluno:

(...) aqueles que realmente querem sair aptos para o mercado de trabalho, assim oh, infelizmente tem gente que vem porque tá interessado no vale transporte, no vale alimentação, ou até mesmo esses que tão vindo pelo SINE que tem agora, que eles tem que fazer o curso prãrecebê o seguro-desemprego. (ENTREVISTA nº 6)

Ah, vai depende um pouco das pessoas que fazem o curso, se elas tem capacidade acredito que sim. (ENTREVISTA nº 9)

Nota-se nos relatos um viés de culpabilização e responsabilização dos alunos, em que o fracasso ou sucesso dependerá exclusivamente da sua capacidade de aproveitar as oportunidades oferecidas. Neste caso, os direitos sociais, deixam de ser genuínos, e passam a ser de mérito individual, a exemplo do que analisa Pereira (2011), no capitalismo os direitos sociais deixam de ser uma referência mestra para darem lugar ao mérito individual.

Outras, afirmativas apontam para a qualificação para o mercado de trabalho:

Sem dúvida, possibilita sim, o curso, pelo menos o curso que eu dou pra eles, eu converso muito sobre situações da indústria, devida à minha experiência, eu transmito à eles, eu toco a minha aula dando exemplos práticos. (ENTREVISTA nº 4)

Possibilitam sim (...) muitos saem e entram no mercado de trabalho, tem ex-alunos que eu encontro que os cursos foram bons. (ENTREVISTA nº 5)

Já outros consideram a importância da revisão do programa:

Possibilita sim, só que precisava ter uma carga horária um pouco maior, principalmente na parte prática, pra gente conseguir trabalhar mais (ENTREVISTA nº 2)

Deixa a desejar nessa área da seleção, se fosse pré-selecionado as pessoas que realmente querem fazer, não ser obrigado. (ENTREVISTA nº 6)

Conforme os dados referidos, os instrutores entrevistados consideram os benefícios adquiridos pelos beneficiários importantes para sua inserção no mercado de trabalho, porém, colocam algumas observações quanto à revisão do programa.

Quadro 13: Contribuição do programa para o desenvolvimento dos participantes.

Contribuição do programa para desenvolvimento dos participantes	Absoluto	%
1. Contribuem na satisfação pessoal	7	70
2. Melhora a autoestima dos participantes	3	30

Fonte: Dados obtidos após a sistematização dos dados da pesquisa. Pergunta 4.

Os instrutores foram questionados quanto à contribuição do programa para o desenvolvimento pessoal dos participantes. As respostas assinalaram que é importante:

Com certeza, com certeza. Eu que dou aula de solda, eu vejo gente que tá ganhando mais que os pais, um bom salário, o pessoal vem falar, principalmente nessa área de solda. (ENTREVISTA nº 6)

Ah, sim, acho que sim, sentia que o pessoal saiam felizes, bem satisfeitos, pelo relacionamento, amizades, trabalha esta questão de autoestima. (ENTREVISTA nº 10)

Acrescentam também que melhora a autoestima:

Acrescenta, acrescenta, no momento que consegue é, é uma questão de autoestima sabe, isso é importante, pode parecer pouco, mas não, um diplominha tu pode oferecer um serviço assim e tá respaldado por um pedacinho de papel com a assinatura do diretor é importante pra autoestima, e autoestima é importante sim, a pessoa se sente mais segura pra ir oferecer o serviço, pra consegui emprego, acho que sim, importantíssimo. (ENTREVISTA nº 1)

Os instrutores entrevistados ressaltam que, a ampliação da autoconfiança, por meio da construção do conhecimento, é uma das condições importantes no retorno ao mercado de trabalho.

Quadro 14: Concepção dos instrutores entrevistados sobre dificuldades em ministrar os cursos.

Dificuldades para ministrar o curso	Absoluto	%
1.Falta de conhecimento básico dos alunos	4	40
2.Falta de conhecimento sobre as exigências da profissão	3	30
3.Falta de homogeneidade entre os alunos	2	20
4.Motivos pessoais	1	10

Fonte: Dados obtidos após a sistematização dos dados da pesquisa. Pergunta nº 2.

No Quadro 14, os entrevistados foram questionados se sentiram alguma dificuldade em ministrar o curso e sobre quais os motivos da evasão.

A alegação principal pela dificuldade em ministrar o curso e os motivos que levaram os ex-alunos à evasão foi apontada pela falta de conhecimento básico dos alunos:

Então, enfim, o requisito é muito... eles nivelam muito por baixo. (ENTREVISTA nº 1)

Eles vêm com uma qualificação muito baixa, então teria que ter ensino básico. (ENTREVISTA nº 2)

O problema maior é o ensino básico muito fraco, (ENTREVISTA nº 2)

Outro motivo apontado foi a falta de homogeneidade das turmas:

(...) já tive dando aula pra quem tem quarta série e pessoal que tava fazendo engenharia até, bem misturado, aí tem que tentar levar a turma, equilibrar, se for nivelar no nível da engenharia eu não consigo ensinar quem tá na quarta ou quinta série. (ENTREVISTA nº 2)

São várias, de vários pontos, o principal é a questão da mistura assim, ele é muito assim, muito heterogêneo, não gosto desta palavra porque as pessoas são diferentes, mas por mais parelha que seja a turma, as pessoas são diferentes. (ENTREVISTA nº 1)

Outra dificuldade apontada foi a questão da falta de conhecimento sobre a profissão:

Eu encontro bastante dificuldade na questão de recrutamento de pessoal. Teria que ter informação pra pessoa que tá fazendo, porque como é de graça a pessoa chega aqui sem saber o que quer. O que ela vai encarar pela frente. Aí assisti uma semana de aula, vê que não era aquilo e acaba desistindo. (ENTREVISTA nº 6)

Ah, porque muitas pessoas que vieram fazer não tinham conhecimento do que era oferecido. (ENTREVISTA nº7)

Outro motivo alegado foram problemas pessoais:

Não, nenhuma, nem um pouquinho (...) A evasão acontece, eu acho que é devido à vida particular das pessoas, foi o que eu percebi, as mulheres tem problemas com filhos, tem problema com marido, problema em casa também. Elas até tentam, mas aí chega uma hora que estoura e elas não conseguem, eu acredito que seja por problemas particulares, porque do curso eles não demonstram, geralmente é por problema particular. (ENTREVISTA nº 8)

Nos relatos, nota-se o desconforto dos entrevistados em relação a esta questão. Foi possível perceber que, a exigência para matrícula, na maioria dos cursos é de Ensino Fundamental completo, e a maioria dos entrevistados (ex-alunos) declararam possuírem este segmento completo. Questiona-se o porquê da maior dificuldade apontada pelos instrutores ser a falta de conhecimento básico dos beneficiários. Em relação a estas respostas fica uma questão de fundo que não é assunto desta dissertação, porém, importante refletir: as Escolas não estão possibilitando ensino básico de qualidade? Não estão possibilitando uma formação que possibilite seus alunos a desenvolver o aprendizado nos cursos de qualificação profissional ofertados?

Quadro 15: Concepção dos entrevistados sobre a ampliação do programa para presidiários e soldados.

Sobre a ampliação do programa	Absoluto	%
3. Concordam com ressalvas	7	70
4. Concordam plenamente	3	30

Fonte: Dados obtidos após a sistematização dos dados da pesquisa. Pergunta nº 5.

Da mesma forma, como feito anteriormente com os ex-alunos, a pesquisadora explicou sobre a intenção do governo na ampliação do programa para soldados e presidiários:

Os entrevistados concordam com a ampliação, porém, com algumas ressalvas, conforme pode ser percebido nos relatos ilustrativos a seguir:

Olha, eu acho que deveria ter um estudo pra ver os resultados, porque isso aí tem custo. (ENTREVISTA nº 9)
Concordo, mas tem que rever bem, acho que essa tua pesquisa pode colaborar com isso, porque depende dos resultados. A gente, aqui, acha interessante, que é muito bom, trabalhar as pessoas no nível profissional e pessoal. Tem gente que vem e aprende, apesar de eu achar que é uma minoria, tem bastante gente que vem e aprende. (ENTREVISTA nº 10)

Nestas falas, é possível perceber que existe uma preocupação com a questão da operacionalização do programa, destacando a importância de se fazer uma avaliação dos resultados obtidos com o programa.

Outros entrevistados concordaram sem restrições com a ampliação:

Concordo, acho que tem que continuar, e tem que aumentar cada vez mais, e mais tipos de recursos aí pra conseguir, porque tem muita gente que não tem condições de pagar um curso desses. Porque se for botar na ponta do lápis, um curso de dois mil reais, muita gente não tem condições de pagar. (ENTREVISTA nº 6)
Sim, quanto mais ampliar, mais qualificação a gente vai dar pras pessoas. (ENTREVISTA nº 7)

Verifica-se, portanto, que na opinião dos instrutores entrevistados, é possível, garantir a ampliação do programa, desde que, sejam revistos alguns pontos que consideram importantes, que serão abordados no item 3.3.5.

3.3.4 Comentários e Sugestões dos ex-alunos em Relação ao Programa

Ao serem perguntados se desejavam fazer algum comentário ou dar alguma sugestão para o aprimoramento do PRONATEC-SENAI/Pelotas, os alunos fizeram as seguintes colocações:

1. Maior diversificação na oferta de cursos gratuitos: Na opinião de alguns entrevistados é importante oferecer outros tipos de cursos gratuitos para atender as pessoas com interesses diferentes:

(...) abrissem mais na área de gestão, como recursos humanos. Não tem nadanessa área. Não tão abrindo ainda. (ENTREVISTA nº 1)
 (...) devem oferecer outros cursos gratuitos, como o de massagista.(ENTREVISTA nº 59)

2. É necessário garantir equipamentos em bom estado e adequados ao número de alunos: Alguns ex-alunos manifestaram que o governo deve garantir que os equipamentos funcionem bem, e que sejam em quantidade suficiente para que todos os alunos possam praticar durante as aulas:

(...) o curso de torneiro, é duas pessoas por torno, uns torno da década de 70, 80 por aí. Uns torno muito velho, não se consegue fazê as atividades,..(...) uma semana, tava estragado. Até mandei e-mail pra Porto Alegre reclamando. É o governo que tem que fazê isso. Tem que pergunta pro Senai o que eles precisam.(ENTREVISTA nº 28)
 Faltava muito material no curso, durante muitos dias faltou o gás argônio, e deixavam de fazer as aulas por falta de material. (ENTREVISTA nº 20)

3. Oferecimento de “creches”:Uma entrevistada sugeriu que seja proporcionado um local adequado para aquelas pessoas que não tem onde deixar seus filhos.

Eu tenho três filhos, um de 14, um de 7 e uma pequena de 2 anos. Daí eu não tinha como deixa os três e comecei a leva o de 7.Eu queria uma adaptação pros filho, eu não tenho como deixá, se tivesse ficaria mais fácil.Até o curso seria valorizado, não digo oferecê alimento, mas uma pecinha pras criança. (ENTREVISTA nº 5)

4. Oportunizar uma preparação inicial para pessoas com menor grau de instrução: Oferecer um treinamento especial para aquelas pessoas que não possuem o grau de instrução necessário para o aproveitamento do curso.

(...) mas muitas pessoas foram impedidas pelo grau de estudo, tinha pessoas lá que tavam interessadas em recepcionista, mas não tinham Ensino Fundamental completo, não tinham , então aí é que tinha que ter sido feito um estudo muito grande à respeito disso. (ENTREVISTA nº 6)
 Eu te afirmo assim, a maioria das pessoas, as mais pobres, as de vila, as de periferia mesmo, elas não fizeram, desistiram dos cursos, não foram até o fim (...) teria que tê uma base pra elas. Por isso eu digo ah: tem que havê uma pesquisa que nem que a senhora tá fazendo pra pode eles verem realmente o que é melhor pra aquelas pessoas. Porque tem muita gente que precisa, que não tem escolaridade nenhuma... (ENTREVISTA nº 6)

5. Oferecer para quem realmente tem interesse em fazer o curso. Os entrevistados discordam do fato dos cursos estarem sendo sorteados pela Secretaria de Cidadania, acreditam que devem ser ofertados para quem já fez o curso e tem interesse em fazer uma complementação.

Oferecer os cursos pra quem tem vontade de fazer. (ENTREVISTA nº 43)
 (...) eu vejo que tem várias pessoas que vão fazê o curso que não tem conhecimento nenhum na área. Não pode ser por sorteio! (ENTREVISTA nº 41)

3.3.5 Comentários e Sugestões dos Instrutores em Relação ao Programa

Da mesma forma feita anteriormente com os ex-alunos a pesquisadora perguntou se os instrutores desejavam fazer algum comentário, ou dar alguma sugestão para o aprimoramento do PRONATEC-SENAI/Pelotas, obtendo os resultados comentados a seguir:

1. Oferecer capacitação de nivelamento básico: Oferecer dentro do programa do curso, disciplinas do nível básico, pois consideram que a grande maioria dos alunos não possui capacitação suficiente para acompanharem os cursos de qualificação.

Se a ideia é formar qualquer um, eu não posso limitar que aquele que não tenha segunda série não venha fazer. Aí já seria exclusão. Que insira no curso, ou no programa do curso a educação básica, insere a profissionalizante com a básica. (ENTREVISTA nº 4)

2. Esclarecer sobre as habilidades requeridas para o curso: Os entrevistados sugerem a não obrigatoriedade dos cursos para os reincidentes do seguro-desemprego, e, também, que seja esclarecido aos interessados sobre as exigências e dificuldades da profissão, as habilidades requeridas pela ocupação pretendida, e sobre os conteúdos dos cursos.

(...) porque tem muito aluno que não sabe. Vai lá e se inscreve no que tem vaga. Aí chega aqui e não sabe onde tá. E um dos motivos da evasão é isso, não me achei no curso e vai embora. Se tivesse uma palestra, ou coisa do tipo, pra esclarecer, olha o curso vai ser voltado pra isso, pra aquilo... (ENTREVISTA nº 2)

3. Controle rígido na distribuição de vales: Que seja feito um controle mais rigoroso quanto à distribuição de vale-transporte, sendo que o aluno pouco frequente não deverá receber o vale transporte.

(...) aquele aluno que falta, não merece receber vale. O SENAI é obrigado a dar o vale mesmo se ele não veio ao curso, não sei porque. (ENTREVISTA nº 6)

4. Incentivar pessoas mais humildes: Que haja um incentivo maior para aquelas pessoas mais humildes, com divulgação das oportunidades de qualificação nos cursos disponíveis. Fazer um trabalho de acompanhamento dos beneficiários.

Não sei, talvez trabalhar mais com o pessoal mais humilde, parece que não tem estímulo. (ENTREVISTA nº 8)

3.3.6 Análise do PRONATEC-SENAI/Pelotas como materialização de política de qualificação profissional

Após a análise dos dados apresentada anteriormente, foi feito um confronto destas descobertas da pesquisa com os objetivos específicos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), que é proporcionar condições à parcela mais vulnerável da sociedade brasileira para que esta conquiste uma inserção digna no mundo do trabalho.

Em primeiro lugar, convém lembrar que os cursos de qualificação profissional a serem ofertados no âmbito do PRONATEC/BSM, especificados no Guia PRONATEC de Cursos de Formação Inicial e Continuada, devem ser adequados às pessoas inscritas ou em processo de inscrição no CadÚnico. Entre esses, têm prioridade os cadastrados em situação de extrema pobreza (com renda familiar per capita de até R\$ 70) e os beneficiários de programas federais de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Quanto aos beneficiários dos programas federais de transferência de renda, encontrou-se um número mínimo (8%). No entanto, quanto à renda familiar é possível constatar que o Programa está atingindo o seu objetivo, pois (97%) das famílias estão entre aqueles que possuem renda mensal de até três salários mínimos.

A presença de ex-alunos que se auto denominaram como autônomos, desempregados, “por conta”, pode evidenciar uma busca pelo ingresso no espaço formal do mercado. Portanto, o que se observa é que o Programa atinge de fato, a uma maioria (56%) de pessoas excluídas do mercado formal de trabalho, que é protegido pelas leis trabalhistas. Porém, sobre a contribuição do Curso para “montar um negócio próprio”, quando houve respostas positivas estas apontaram para a necessidade de amparo pelo governo o que pode significar que os alunos não estão tendo acesso a outras Políticas Públicas de Trabalho e Emprego, como, por exemplo: (Microempreendedor Individual (MEI); Microcrédito Produtivo Orientado; Economia Popular e Solidária), ou que estas políticas, não estejam funcionando articuladas.

Já, com relação à concepção que os entrevistados têm sobre o PRONATEC destaca-se que o Programa não é entendido como um direito social, e sim, como uma espécie de “dádiva” do atual governo, apesar de considerarem que a qualificação profissional auxilia no desenvolvimento pessoal dos alunos, o que pode revelar um ganho pessoal particular dos beneficiários.

Pode ser percebida a satisfação pessoal dos ex-alunos por terem frequentado uma instituição como o SENAI, tendo sido enaltecido este convívio, principalmente com os professores, não só pela sua capacitação, mas, também, por proporcionar um fortalecimento da autoestima, devido ao interesse e amizade demonstrados pelos professores em relação aos alunos. Assim, a qualidade dos recursos humanos (instrutores) e as metodologias adotadas para capacitar os ex-alunos levaram algumas pessoas a tecerem comentários positivos, e construir o sentimento de pertencimento do grupo.

Outro dado importante para análise diz respeito à escolaridade. O programa, em sua normatização, afirma que deve estar voltado para as populações mais vulneráveis. Ainda, que não possamos fazer uma relação de que a conclusão do Ensino Médio esteja relacionada a uma maior renda, visto que existem outras variáveis que devam ser consideradas neste sentido, entendemos que a média escolar dos beneficiários do PRONATEC, (54%) declararam possuir Ensino Médio completo, destoando do perfil do trabalhador brasileiro, pois estes são detentores de média de 8,7 anos de estudo para as mulheres e 7,7 anos para os homens (DIEESE, 2011), enquanto que a maioria dos cursistas declararam possuir segundo grau completo.

É possível perceber também, a presença de pessoas cursando o nível superior e com renda acima de três salários mínimos. Estes dados indicam que o programa não está cumprindo seus objetivos de atender às pessoas mais vulneráveis.

Tratando da inserção no mercado de trabalho, foi ressaltado que é necessária uma revisão do programa, principalmente para oferecer uma formação básica, pois os ex-alunos e os instrutores alegam que o nível de formação dos ex-alunos é baixo, o que impede ou dificulta o aprendizado no Curso. Portanto, aqui existe um contraponto, pois a maioria dos entrevistados declarou possuir Ensino Médio completo, sendo assim, ou existe déficit na formação básica, ou o PRONATEC não está adequado ao nível de instrução dos candidatos (assinala-se aqui um campo de estudos a ser explorado).

É possível identificar que entre os ex-alunos entrevistados, persistem problemas estruturais no mercado de trabalho: a informalidade, os trabalhos “por conta”, os “bicos”, as terceirizações, o trabalho precário o que Antunes (2011) caracteriza como desemprego estrutural.

Constatou-se ainda que um número mínimo de pessoas mudou o seu perfil empregatício, após a participação em um Curso de Qualificação, sendo que duas foram inseridas no mercado formal de trabalho e a outra iniciou a trabalhar “por conta própria”.

A respeito das características dos cursos, destacamos o número reduzido da carga horária (média de 200 horas), mas encontramos registros de formações realizadas com cargas menores (160 horas). Registramos que os ex-alunos consideram os cursos básicos, precisando de uma complementação.

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (2012, p. 23), a qualificação profissional deve estar associada a uma visão educativa que a considere como um direito de cidadania, contribuindo para a democratização das relações de trabalho e podendo imprimir um caráter social e participativo ao modelo de desenvolvimento. Diante dessas colocações é possível perceber que os limites a serem transpostos não são poucos para romper com a contradição entre o discurso e a realidade.

Algumas sugestões para a melhoria do programa foram colocadas pelos ex-alunos como, por exemplo, dar uma atenção ao material e maquinário utilizado nos cursos; observar o grau de instrução dos alunos, oferecendo cursos de acordo com o grau de instrução do público-alvo; a disponibilidade de creches para os filhos das

mulheres; dar preferência para quem tem interesse em fazer os cursos, evitar o sorteio e a obrigatoriedade para os reincidentes do seguro-desemprego, a fim de não tornar o Curso obrigatório para quem não tem interesse em realizá-lo.

Já, os instrutores sugerem que sejam ofertados cursos de ensino básico para nivelamento das turmas; esclarecer sobre as habilidades requeridas pela ocupação pretendida; exercer um controle mais rígido quanto à distribuição dos vales-refeição e transporte.

E por último, a sugestão de trabalhar com os mais pobres, pois é possível perceber que existe uma relação bem próxima com o tempo de escolaridade. Constatou-se nas entrevistas que quanto menor a escolaridade, maior foi o desinteresse pela qualificação. As pessoas com menor nível de escolaridade, as que moravam nos bairros mais afastados, em locais quase insalubres, com as piores condições de moradia foram as que não conseguiram concluir os cursos. Isto evidencia que para estes cursos atingirem o público que aparece na proposta da política é necessário verificar como enfrentar as várias dificuldades decorrentes do contexto socioeconômico e que incidem no seu processo de aprendizagem.

Pode-se, assim, perceber os impactos destrutivos das transformações em andamento no mundo do trabalho no capitalismo. A população que mais sofre é aquela que é excluída e subalternizada na sociedade, com trabalhos precários, intermitentes, e sem proteção de leis trabalhistas. E, mesmo quando são ofertados Cursos de Qualificação Profissional, essas pessoas não conseguem aproveitá-los, conforme comentado anteriormente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Constituição aprovada em 1988 trouxe importantes mudanças no Capítulo dos Direitos Sociais, defendendo o trabalho como um fator indispensável para uma vida digna.

Porém, com a reestruturação produtiva do capital no Brasil, e as mudanças na organização do trabalho, ficou evidente a distância entre a definição dos direitos em lei e a sua implementação a qual persiste até os dias de hoje.

A Política de Qualificação Profissional é utilizada pelos governos brasileiros, como forma de amenizar os problemas ocasionados pelo mercado de trabalho. Ou seja, a realização de políticas que possam combater a crise do desemprego e, conseqüentemente, a fome e a miséria, tem atuado na consolidação de uma rede baseada em garantia de direitos à população em estado de vulnerabilidade e de risco social. Buscando executar políticas públicas descentralizadas e articuladas, com base no desenvolvimento comunitário e na produção e transmissão de conhecimentos como caminho para a formação do ser humano.

A análise da Política de Qualificação Profissional no Brasil, efetivada com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) desenvolvido no SENAI de Pelotas, no ano de 2012, realizada neste trabalho, tendo como sujeitos pesquisados os ex-alunos e instrutores dos cursos permitiu desvelar situações concretas que permeiam o desenvolvimento deste Programa.

Verificou-se que esta modalidade de política apresenta limites e (im)possibilidades, na concepção dos entrevistados (ex-alunos e instrutores), como a falta de formação básica dos alunos, a curta duração dos cursos; a falta de mercado de trabalho; a não qualificação para abertura de negócio próprio; a falta de conhecimento dos interessados sobre as exigências do curso; e a falta de adequação do nível dos cursos para os beneficiários preferenciais do programa.

O PRONATEC-SENAI/Pelotas apresenta escassos resultados em relação ao propósito de inserção dos alunos no mercado de trabalho, sendo possível afirmar que não repercute em mudanças estruturais no sistema capitalista, como a diminuição dos elevados índices de desemprego, mas em pequenas mudanças pontuais de inserção de uma minoritária parcela dos ex-alunos que conseguiram concluir os cursos.

Mas, além das críticas quanto aos resultados do programa, os ex-alunos também destacam vários pontos positivos. Alguns desses destacam o programa como fundamental para melhoria da sua aprendizagem, outros consideram importante a questão da ascensão profissional obtida após a realização do curso, e, ainda outros, o fato de terem obtido um emprego, sendo que quase todos salientam a oportunidade de terem tido uma boa convivência social durante a realização do curso.

Embora saibamos que escapa às políticas sociais, romper com níveis tão altos de desigualdade, como os encontrados no Brasil, não podemos duvidar das vantagens possíveis dessas políticas na vida do ser que vive do trabalho. Assim, por serem contraditórias, elas também podem contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Neste estudo, percebemos um elevado percentual de trabalhadores que se encontram à margem do sistema de proteção social e do processo de organização do trabalho, face à precariedade das relações de trabalho vivenciadas no capitalismo. Essas mudanças ocorridas no mundo do trabalho têm uma incidência direta na garantia de proteção social prevista para toda a sociedade.

É necessário, sem dúvida, ter presente que os programas que compõem a atual política de qualificação profissional desenvolvem-se em um contexto econômico e político complexo. Foram apontados neste trabalho diversos elementos deste contexto, dentre eles que a causa principal do desemprego não é a falta de qualificação do trabalhador, mas a lógica da estrutura produtiva. Apresentou-se também, o perfil dos ex-alunos e suas expectativas com relação ao PRONATEC. Outro ponto a ser destacado é o número de trabalhadores que precisam ser qualificados para aumentar sua “empregabilidade”, porém, por possuírem baixa escolaridade, não conseguem aproveitar oportunidades nessa área, evadindo dos cursos antes da conclusão.

Considerando o estudo realizado, entende-se haver necessidade de as instituições e os profissionais envolvidos no referido programa abrirem um amplo debate em torno das dificuldades e desafios para mobilização de ações articuladas, para que haja um acompanhamento dos beneficiários que demandem de apoio para permanecer nos cursos. A dificuldade em conciliar os cursos com questões familiares (como intercorrências de saúde, problemas domésticos) e a dificuldade de acompanhar os conteúdos ministrados nos cursos foram motivos principais para

evasão. Identificado esse tipo de dificuldade, é importante que a Prefeitura e a unidade ofertante busquem estratégias didático-pedagógicas e de reforço escolar que reduzam essa dificuldade.

Espera-se que o desvelamento em especial das dificuldades, limites ou contradições entre o que é proposto e o que é desenvolvido pelo Programa possa contribuir para que ações futuras sejam reavaliadas, revendo desde os seus destinatários, até as estratégias que estão sendo utilizadas.

Destaca-se que este trabalho não tem a pretensão de esgotar o tema, e sim, de fornecer alguns dados para que se possa fazer uma reflexão sobre as políticas de qualificação profissional implementadas no Brasil nos últimos anos. Espera-se, que a partir desta investigação, muitos outros estudos sejam realizados sobre as Políticas de Qualificação Profissional, principalmente o PRONATEC, que está em fase de implantação e expansão, para sua maior qualificação como política pública de inserção para o mercado de trabalho.

Resumindo o que foi exposto até aqui, pode-se constatar que o PRONATEC/SENAI-Pelotas tem chegado aos trabalhadores como uma tentativa de amenizar os problemas ocasionados pelo mercado de trabalho. Mas, além disso, é preciso pensar que o trabalho não pode ser tratado como um episódio de mercado. Assim, para que as políticas de qualificação profissional possam de fato ser uma das ferramentas para o enfrentamento das desigualdades sociais no Brasil é preciso refletir sobre o trabalho como direito social, e nesta perspectiva é necessário que o PRONATEC, como política pública de qualificação não se transforme em mais um programa de treinamento de mão-de-obra, para servir a uma lógica na qual se tem a prevalência do capital sobre a força humana de trabalho.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo (org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005

BARBOSA, Rosângela N. C.; PORFIRIO, Mariana I. A qualificação profissional e a comissão municipal de trabalho no Rio de Janeiro. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 8 n. 2 p. 219-240. Jul./dez. 2009.

BEHRING, Elaine, et.al. **Política social**: fundamentos e história. 9.ed. v. 2. São Paulo: Cortez, 2011.

BOSCHETTI, Ivanete, e outros (Orgs). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Política social no capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Política Social**: Alternativas ao Neoliberalismo. Brasília: UnB, Programa de Pós-graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 48.ed. Atual e ampl. São Paulo: Saraiva, 2013.

CARVALHO, Inaíá M. M.. In: Caderno CRH: **Revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA**. n. 1 (1987) – Salvador, UFBA, 2011.

CASTRO JUNIOR, Osvaldo Agripino e. Os direitos humanos no Brasil e a sua garantia através dos instrumentos processuais constitucionais. In: **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, junho, 1996.

CERQUEIRA FILHO, Gilasio. **A Questão Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

CIAVATTA, Maria. In: BEHRING & ALMEIDA (Orgs.). **Trabalho e seguridade social**: percursos e dilemas. 2.ed. São Paulo: Cortez; rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2010.

COSTA, Lucia C.. Questão social e Políticas Sociais – Tendências atuais do debate. In: **Revista Sociedade em Debate**. (2006) Disponível em: <www.ucpel.tche.br/revistasocdebate.acesso> Acessado em: 08/06/2012.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira**: uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2004.

CRESWELL, J.W. **Projeto de Pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto.** Tradução Magda Lopes; consultoria, supervisão e revisão técnica desta 3ª edição Dirceu da Silva. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização.** São Paulo: Unesp, 2000.

DIEESE. Departamento Intersindical De Estudos Socioeconômicos. Disponível em: <<http://www.dieese.gov.br>>. Acesso: 01.09.13.

DRAIBE, Sônia Miriam. As Políticas Sociais Brasileiras: diagnósticos e perspectivas. In: **Para a Década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas: Políticas Sociais e Organização do Trabalho.** Brasília: IPEA, 1989. v.4.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é Política social.** 5.ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1991.

FALEIROS, Vicente de Paula. Sociedade e Estado: a crise do pacto de direitos no alvorecer do século XXI. In: BOSCHETTI, Ivanete, e outros. **Política Social Alternativas ao Neoliberalismo.** Brasília: UnB, Programa de Pós-graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, 2004.

FILGUEIRAS, Cristina A. C. Atores locais na implementação da política de qualificação profissional. São Paulo: **Serv. Soc. Soc.**, n. 107, p. 438-460, jul./set. 2011.

FLEURY, Sônia. **Estado sem cidadãos: seguridade social na América Latina.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994.

FONTANELLA, B. J. B. et alii, Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, nº 1. P. 17-27, Rio de Janeiro, jan. 2008.

MARX, K. (1989a). **O capital, crítica da economia política.** Vol. 1. Livro 1. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil.

MARX, K. (1989b). Trabalho alienado e superação positiva da autoalienação humana. In: F. Fernandes (Ed.), *Marx/Engels: Vol. 36. Grandes Cientistas Sociais. História* (pp. 146-181). São Paulo, SP: Ática.

MARX, K. e ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista.** Ed. Avante, 2º Ed. Editora Avante, Lisboa, 1997.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Livro I, v. I e II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

MATTOSO, Jorge Eduardo Levi. **Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?** São Paulo: Scritta, 1996.

MEDEIROS, Marcelo. **A Trajetória do WelfareState no Brasil: Papel Redistributivo das Políticas Sociais dos Anos 1930 aos Anos 1990.** Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento, Pesquisa Qualitativa em Saúde**. Ed. Hucitec-Abrasco. São Paulo, 2006.

_____. **O Desafio do Conhecimento, Pesquisa Qualitativa em Saúde**. Ed. Hucitec-Abrasco. São Paulo, 2011.

MORETTO, Amilton J. **O sistema público de emprego: uma construção inacabada**. Tese (doutorado)- Unicamp, Campinas, 2007. Disponível em: <<http://www.biblioteca.digital.unicamp.br/document/?code=vtls000414812&opt=4>>

OLIVEIRA, Jaime e TEIXEIRA, Sônia. (In) **Previdência social: 60 anos de história da previdência no Brasil**. 2.ed. Petrópolis. Vozes, ABRASCO, 1989.

PEREIRA, Potyara. **Política Social: Temas e Questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Política Social: Temas e Questões**. São Paulo: Cortez, 2011.

RAMOS, L; REIS, J. G. A. **Emprego no Brasil nos anos 90**. Rio de Janeiro: IPEA, 1997.

REVISTA SENAI. Departamento Regional do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. S.d.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico**. 23.ed. rev e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

SIQUEIRA NETO, José Francisco. Flexibilização, desregulamentação e o direito do trabalho no Brasil. In: organizadores: OLIVEIRA, Carlos Eduardo Barbosa de e MATTOSO, Jorge Eduardo Levi. **Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?** São Paulo: Scritta, 1996.

THEODORO, M. As características do mercado de trabalho e as origens da informalidade. In; RAMALHO, J. P. (org.). **Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal**. São Paulo: Cortez, 2004.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. Desafios da sociedade civil brasileira em seu relacionamento dialético com o Estado e o mercado. I: RICO, Elizabeth de Melo (org.). **Gestão Social uma questão em debate**. São Paulo: Educ. 1999.

Sites Consultados

Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <<http://sppe.mte.gov.br/portal/pages/institucional/administracao.xhtml>>. Acessado em 02.06.2012.

Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acessado em 03.06.2012

Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/>>. Acessado em 03.06.2012.

Constituição Federal. Disponível em: <http://www.dji.com.br/constituicao_federal/cf006a011.htm> Acessado em 26.06.2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Site oficial. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/pme_201205tmcomentarios.pdf>. Acesso em 26 jun. 2012.

<<http://proger.mte.gov.br/portalproger/pages/acoesatuais.xhtml>> Acesso: 20.09.13.

<<http://www.pcb.org.br/portal/docs/modosdeproducao.pdf>> Acesso: 20.03.2013.

Organização Internacional do Trabalho (OIT). <<http://www.oitbrasil.org.br/content/depois-dos-objetivos-do-milenio-prioridade-para-o-trabalho-e-renda>> Acesso: 01.09.13.

<<http://proger.mte.gov.br/portalproger/pages/sobreproger.xhtml>> Acesso: 24.09.13.

<<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A3BAA1B30013BB4CEA2D1752B/Termo%20de%20Refer%C3%Aancia679.pdf>> Acesso: 05.10.2013.

APÊNDICES

APÊNDICE I

Pelotas, novembro de 2012.

Ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI Pelotas/RS

Vimos por meio desta, solicitar autorização para realização de uma pesquisa intitulada Análise sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC desenvolvido no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI Pelotas/RS, tendo por finalidade a elaboração de uma dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL). A pesquisa tem por objetivo geral: “Analisar a política de qualificação profissional executada pelo SENAI de Pelotas, através do PRONATEC na modalidade bolsa formação trabalhador, no período de janeiro de 2012 a dezembro de 2012”.

Para isto se propõe a conhecer a opinião dos instrutores e ex-alunos através de entrevistas semi-estruturadas sobre o PRONATEC e verificar a contribuição do programa para a inserção no mercado de trabalho de seus participantes. Para início da coleta de dados, aguardaremos a anuência do Comitê de Ética em Pesquisa da UCPEL.

Acreditamos que as informações obtidas através da análise dos dados pesquisados poderão fornecer importantes subsídios para apreciação do trabalho realizado e indicar propostas para a revisão ou aperfeiçoamento do programa. Por isto, será entregue um relatório da pesquisa à instituição pesquisada.

Desde já agradecemos.

Prof. Dra. Vini Rabassa da Silva

Orientadora

Luise Anita Wulff Al Alam

Orientanda

Declaro que após tomar ciência da proposta da pesquisa autorizo a sua realização.

Nome:

Função:

Assinatura:

Data:

APÊNDICE II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente consentimento, eu _____, declaro que fui informado, de forma clara e detalhada, sobre a pesquisa “Análise sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC desenvolvido no Serviço Nacional da Aprendizagem Industrial-SENAI Pelotas, no período de janeiro de 2012 a outubro de 2012”, entre os participantes de seus cursos e seus instrutores.

A pesquisa que tem, como objetivo geral analisar a política de qualificação profissional executada pelo SENAI de Pelotas, através do PRONATEC na modalidade de bolsa formação trabalhador, e como objetivos específicos: conhecer a implantação da política de qualificação profissional no SENAI de Pelotas; descobrir a opinião dos instrutores, alunos e ex-alunos sobre o PRONATEC; verificar a contribuição do programa para a qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho de seus participantes; indicar propostas para revisão e ou aperfeiçoamento do programa.

Fui igualmente informado sobre:

- a garantia de requerer respostas a qualquer pergunta ou dúvida acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados ao trabalho;
- a liberdade total de retirar o meu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isto acarrete algum prejuízo à minha pessoa;
- a segurança de não ser identificado e de manter-se o caráter confidencial das informações relacionadas a minha privacidade;
- o compromisso de acesso às informações com o responsável pelo trabalho e seu orientador, em todas as etapas do trabalho e/ou no momento que solicitar, bem como os resultados.

Ciente das informações citadas anteriormente, eu autorizo a aplicação do instrumento de coleta de dados, a gravação das entrevistas e a utilização dele em trabalhos científicos a serem realizados.

Em caso de esclarecimentos e dúvidas, entrar em contato com:

Pesquisadora responsável: Luise Anita WulffAl Alam

e-mail: luisewalam@gmail.com

Telefone: (53) 91023484

Professora orientadora: ViniRabassa da Silva

e-mail: vini@ucpel.tche.br

Telefone: (53).....

Assinatura do pesquisado

Assinatura da pesquisadora

Data:

APÊNDICE III**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS**

TÍTULO DA PESQUISA: Análise sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC desenvolvido no Serviço Nacional da Aprendizagem Industrial - SENAI Pelotas.

INSTRUMENTO 01 – Roteiro para entrevista com alunos

Data da entrevista:

Nome do aplicador:

I. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

1.1 Nome do entrevistado:

Nº da entrevista:

1.2 Idade:

1.3 Sexo:

1.4 Grau de instrução:

1.5 Profissão e curso escolhido:

1.6 Recebem algum benefício do governo? Em caso afirmativo, qual?

1.7 Bairro:

1.8 Renda familiar:

II. QUESTÕES

1. Você trabalhou antes de fazer o curso do Senai? Em que, onde? Tinha carteira assinada? Sua atividade atual?
2. Qual o seu bairro? Seu endereço?
3. Qual a média de renda mensal de sua família?
4. Por que você decidiu fazer este Curso no SENAI? Em caso de desistência? Por quê?

5. Em sua opinião o curso lhe trouxe benefícios? Quais?
6. Em sua opinião você está qualificado para ingressar no mercado de trabalho? Não? Por quê?
7. Em sua opinião, os professores que ministraram o curso tinham capacitação adequada? Sim, não? Porquê?
8. Você concorda com a ampliação do programa para ...(Explicar ampliação) Por quê?
9. Em sua opinião o Curso lhe capacitou para abrir um negócio próprio? Qual?
10. Deseja fazer algum comentário ou dar alguma sugestão sobre o PRONATEC desenvolvido aqui em Pelotas pelo SENAI, caso sim. Qual?

APÊNDICE IV

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS

TÍTULO DA PESQUISA: Análise sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC desenvolvido no Serviço Nacional da Aprendizagem Industrial-SENAI Pelotas

INSTRUMENTO 02 – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM INSTRUTORES

I. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

- 1.1 Nome do entrevistado: Nº da entrevista:
1.2 Idade: 1.3 Sexo:
1.4 Grau de instrução:
1.5 Profissão:

II. QUESTÕES

1. O que você sabe sobre o PRONATEC?
2. Você encontrou alguma dificuldade ao ministrar o curso? 2.1Qual?
3. Em sua opinião, o Curso possibilita a qualificação profissional para inserção no mercado de trabalho? 3.1Sim? 3.2Não? 3.3Por quê?
4. Em sua opinião, o Curso contribuiu para desenvolvimento pessoal dos participantes? 4.1Sim? 4.2Não? 4.3 Por quê?
5. Você concorda com a ampliação do programa para ? 5.1Por quê?
6. Tens alguma sugestão de mudança(s) para o PRONATEC em nível nacional e ou para o desenvolvido através do SENAI/Pelotas? 6.1Qual (quais)?
7. Você deseja acrescentar mais alguma coisa?